

## MONTE GORDO: AGLOMERADO PISCATÓRIO E DE VERANEIO

(SEGUNDA PARTE)

### *A POPULAÇÃO*

*A população residente.* — Os recenseamentos indicam em Monte Gordo 939 pessoas em 1911, 1221 em 1940 e 2180 em 1960. Tal evolução, excepcional no conjunto dos aglomerados similares do litoral da província (fig. 17), deve-se sobretudo à elevada natalidade e à insignificante emigração.

A população de Monte Gordo não viveu durante este século apenas do mar. É certo que a distribuição espacial das residências do operariado de Vila Real só discretamente abrange o povoado: 1 operário aprendiz na Soliva, num total de 80 (em 1967), 7 na Navália, entre 64 (1970), 1 na Sopomar, num total de 39 (1970), 5 na Empresa Litográfica do Sul entre 125 (1970). Faz excepção a indústria de conservas de peixe, que remonta ao período 1880-1900, quando se construíram as grandes fábricas que dominaram até hoje a estrutura industrial de Vila Real: Guadiana, Peninsular, S. Sebastião, Santa Maria, S. Francisco e Esperança. Nelas se empregavam, no início do século, cerca de um milhar de operários <sup>(24)</sup>. Com a primeira guerra o número de fábricas aumentou consideravelmente mas muitas desapareceram nos anos trinta. No entanto, entre 1950 e 1970, o operariado conserveiro de Vila Real oscilou entre 1500 e 2000, uma larga parte residindo em Monte Gordo (tal como no tempo das conservas pelo sal e no início da indústria de conservas em azeite), nomeadamente as mulheres (fig. 4).

---

<sup>(24)</sup> F. X. D'ATHAÍDE OLIVEIRA, *Monografia do Concelho de Vila Real de Santo António*, Porto, 1908, p. 177.

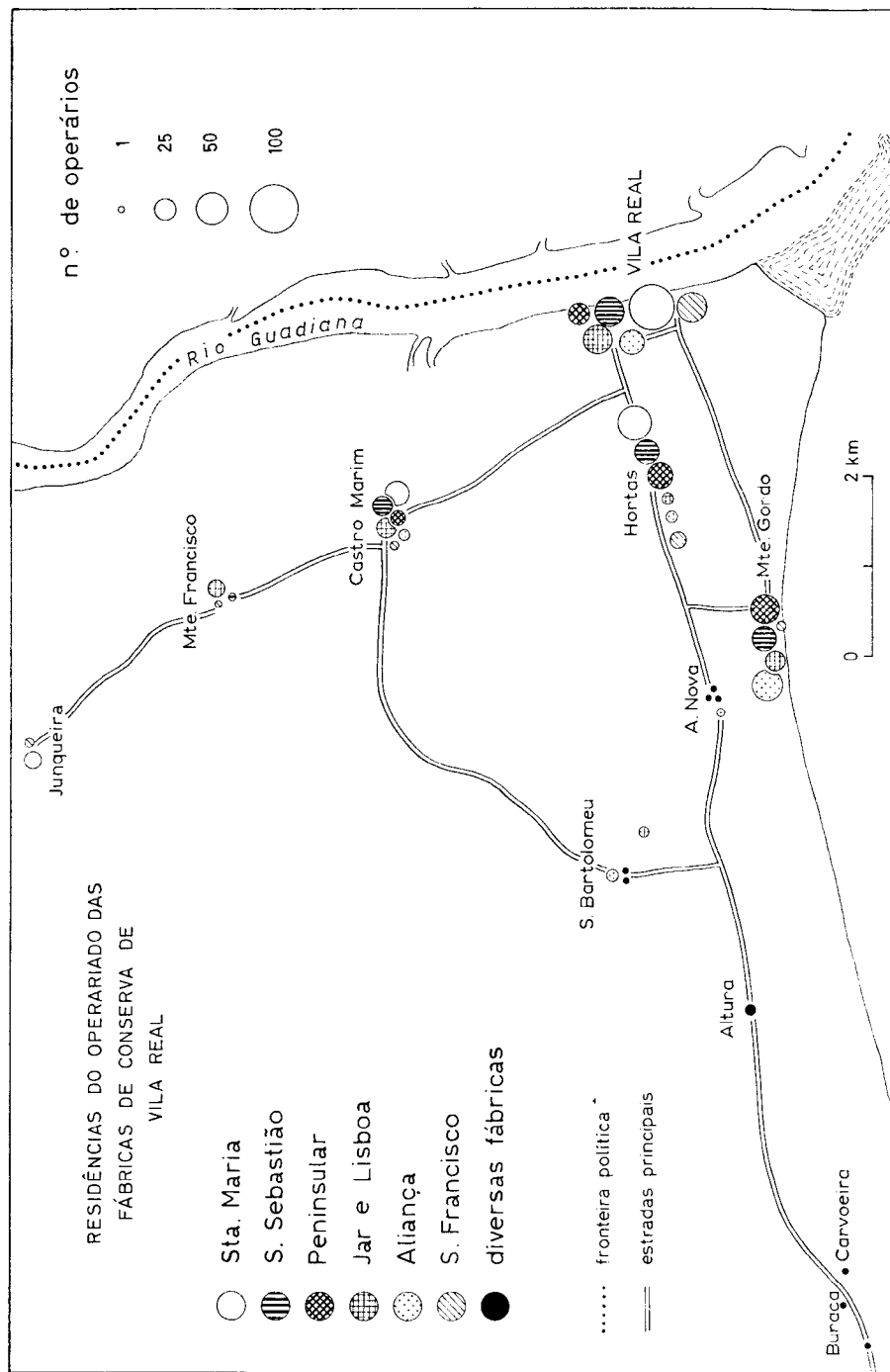


Fig. 4 — Monte Gordo é o principal núcleo de residência do operariado das fábricas de conservas de peixe de Vila Real (todos os dados se referem a 1970, com excepção dos da fábrica Santa Maria que são de 1967).

Monte Gordo concentrava antigamente uma numerosa população feminina, quase sem outras ocupações que a da lida doméstica, a da ajuda do alar das xávegas e a do fabrico de redes. Foi pois nela que agiu mais fortemente o recrutamento espontâneo da indústria conserveira de Vila Real. Os trajectos diários faziam-se a pé e, depois de construído o ramal entre o povo e a estrada de Tavira à vila, em carrinhas. Nada mudou até hoje, salvo a utilização das modernas camionetas, muito mais rápidas. Quando há serão, são as empresas que asseguram as viagens, em táxis, nos automóveis dos empresários e empregados ou ainda em camiões adaptados com bancos.

As mulheres de Monte Gordo dispersam-se por todas as fábricas, mas predominam na Aliança, situada na periferia de sudoeste de Vila Real e portanto mais próxima da aldeia, e em duas das fábricas mais antigas — Peninsular e S. Sebastião — onde representam cerca de 15 p. 100 do total. O número de empregos não se traduz em montantes elevados de salários porque se trata de trabalho barato e irregular e porque as operárias não são assíduas: duma maneira geral, a situação das de Monte Gordo não difere das restantes, podendo-se extrapolar os dados referentes a casos sistematicamente sorteados nas folhas de salários das empresas, independentemente das residências (fig. 5). A irregularidade do trabalho deve-se à da pesca e a não assiduidade<sup>(27)</sup> a doenças, necessidade de cuidar de crianças e de tratar de problemas oficiais (sempre entregues às mulheres, entre as famílias de marítimos de Monte Gordo), ou simplesmente porque surgem trabalhos domésticos duas ou três vezes mais rendíveis, nomeadamente de Verão (nos hotéis e pensões ou nas casas das famílias veraneantes), e um pouco de candonga, em especial no caso das operárias da fábrica Aliança, por lhes terem sido distribuídos passaportes para trabalharem numa anchova de Aiamonte pertencente a um dos sócios. Com efeito, durante o Verão de 1970 trabalhavam na albergaria Monte Gordo

(<sup>27</sup>) Pelo que as empresas inscrevem uma mão-de-obra fabril quase dupla da que lhes seria necessária em caso de presenças regulares: por exemplo, na fábrica S. Sebastião estão inscritas 150 mas apenas aparecem habitualmente 80 a 100; na Esperança, com 102 inscritas, as presentes são por vezes em número inferior a 40.

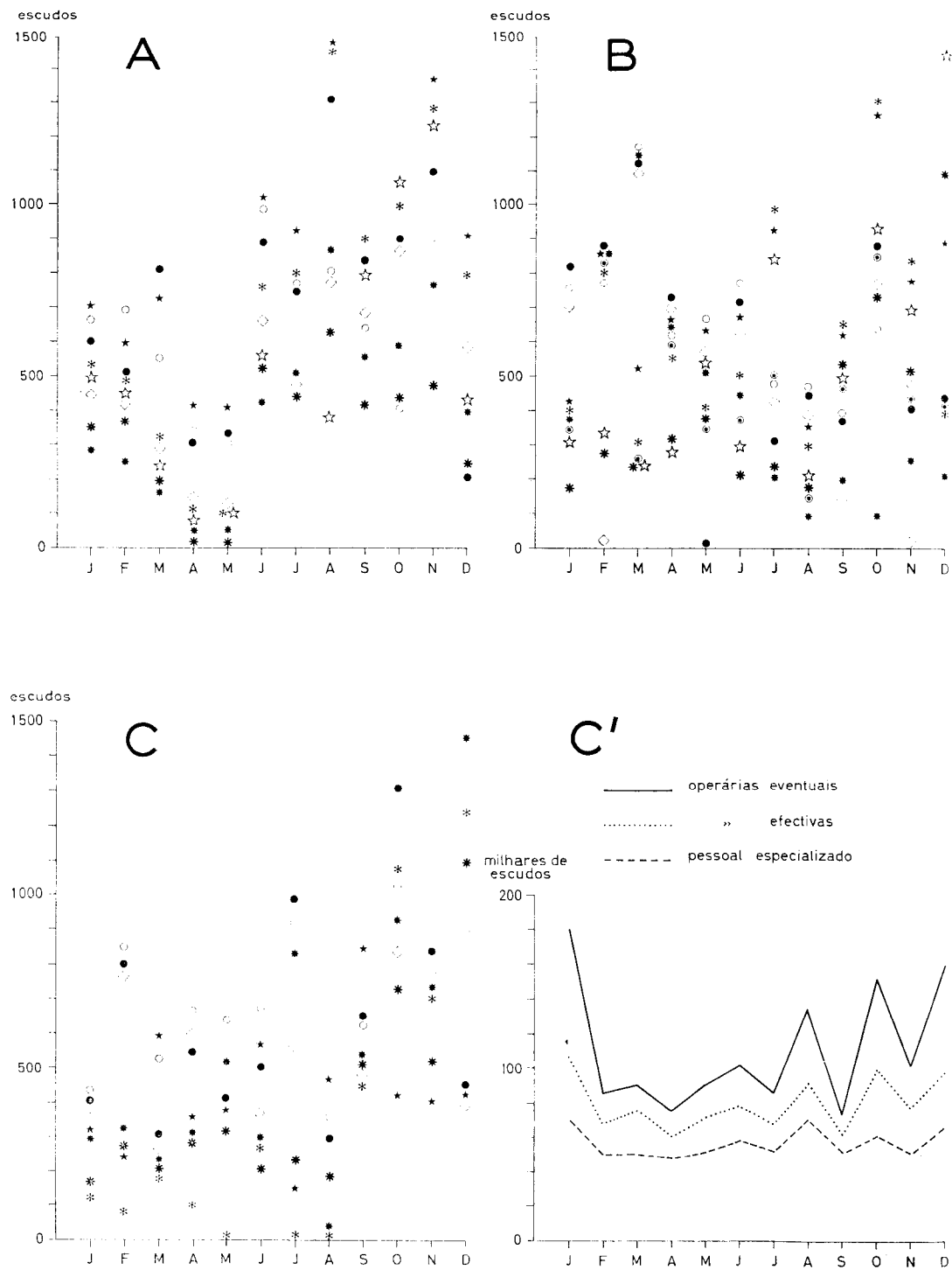


Fig. 5 — Flutuações dos ganhos mensais dos trabalhadores da indústria de conservas: A, fábrica Santa Maria; B, fábricas diversas; C, fábrica S. Sebastião; C', valores globais pagos pela empresa da fábrica S. Sebastião às várias categorias do operariado. (Cada símbolo de A, B e C equivale a um trabalhador).

quase uma dezena de mulheres da aldeia; a Monte Sol empregava cinco; algumas outras foram colocadas no Catavento e no conjunto Vasco da Gama-Caravelas, muito embora sejam sempre preteridas a favor das mulheres do campo, que asseguram maior rapidez e melhor qualidade ao trabalho.

Nos últimos anos, com a expansão do turismo, a população residente em Monte Gordo diversificou-se profissionalmente, pela partida de muitas famílias de marítimos e pela fixação da população elegante de Vila Real e da atraída de longe pelas actividades directa ou indirectamente ligadas à hotelaria (que emprega 400 a 500 pessoas) e ao comércio induzido pelo turismo.

Na verdade, a valorização das casas estimulou as vendas por parte dos marítimos, tanto mais quanto mais numerosos eram os herdeiros, pois nenhum deles podia indemnizar os outros. Se a parcela que lhes coube cobre as despesas de construção de uma nova casa, mandam-na edificar onde encontram terrenos a preços ainda acessíveis, e mais próximos dos lugares de trabalho — o porto (no caso dos pescadores de traineira e de anzol) e as fábricas de conservas. Assim, nas Hortas e no Bairro do Matadouro instalaram-se, nos anos sessenta, cerca de 50 famílias de Monte Gordo. Em situação inversa, e perante a impossibilidade de alugar uma casa por renda módica <sup>(28)</sup>, tanto na aldeia como na vila <sup>(29)</sup>, constroem clandestinamente barracas no «Sertão», à beira do pinhal, vale dizer das lixeiras, por detrás do último alinhamento de cabanas já remodeladas. Assim cresce a população marítima do bairro do Sertão de Monte Gordo, por repetição do processo antigo, herdado das épocas de maior procura de casas para venda aos veraneantes. Paralelamente, a classe

<sup>(28)</sup> Ainda não foi construído no extremo do Sotavento um Bairro de Pescadores, cuja localização já se discutia nos anos quarenta. As rendas de pequenos apartamentos modernos elevam-se em Monte Gordo a mil e dois mil escudos mensais e a um pouco menos em Vila Real.

<sup>(29)</sup> Note-se que, num total de 38 alugueres de casas da Federação das Caixas de Previdência de Vila Real, de rendas mensais da ordem dos 300\$00, apenas 2 interessam a marítimos, 3 a motoristas-marítimos, de nível económico muito superior ao dos primeiros, e 5 outros a motoristas, sendo provavelmente alguns destes motoristas de embarcações de pesca e outros de embarcações de transporte de passageiros no rio.

industrial de Vila Real renovou as suas casas de praia ou fez construir novas. Pertence-lhe, com efeito, quase todo o quarteirão de vivendas de luxo que se situa a poente da povoação, entre os hotéis Navegadores, Caravelas, Catavento, Monte Sol e Alcazar (fig. 3). Com a generalização do automóvel, estas residências secundárias, oferecendo elevado nível de conforto, foram convertidas em habitações permanentes. Monte Gordo tende, em parte, para se tornar um bairro elegante de Vila Real, a cuja sombra sempre viveu.

Também em Monte Gordo se fixaram os empregados da hotelaria, recrutados em regiões tanto mais distantes quanto mais qualificada e remunerada é a sua especialização: a análise das profissões dos pais das crianças aqui nascidas durante 1966 revela a sua presença (7 num total de 53), embora por defeito, pois muitos filhos desta classe de elevados recursos financeiros não nascem na aldeia; entre as profissões das mães começavam também a ser citadas as que se ligavam ao grande turismo. A crescer o número de forasteiros encontram-se alguns comerciantes, muito embora o equipamento seja ainda rudimentar, polícias e guardas-fiscais, funcionários dos correios ou do banco e trabalhadores vários. Esta diversificação da população de Monte Gordo, tanto na profissão como na naturalidade, é também atestada pelos pais dos alunos da escola técnica de Vila Real que residem em Monte Gordo: em 1972, entre 13, 2 são comerciantes naturais do concelho, 2 comerciantes de Tavira e 2 empregados de hotelaria de Lisboa e do Luso. Por sua vez, na clientela do Hospital Marquês de Pombal (Vila Real) figuram, em 1971, 127 doentes residentes (alguns temporariamente) em Monte Gordo (109 são naturais do concelho), entre os quais se conta 1 empregado de hotel natural de Odeleite e 1 ajudante de cozinha de Alcoutim; estes atestam a migração dos jovens «serranos» do vale do Guadiana para as actividades turísticas menos remuneradas do litoral, que sabemos ser importante, embora de quantificação muito difícil.

*Veraneantes e Turistas.* — Pensa-se que actualmente a população presente em Monte Gordo duplica durante o período de Verão, e que em Agosto triplica. É extremamente difícil avaliar esta, que é por sua vez bastante inferior à clientela

da praia vinda de fora, pois uma parte instala-se nos núcleos receptivos satélites (como Vila Real, Hortas, Aldeia Nova), em habitações alugadas mas quase sempre sem declaração oficial dos seus proprietários. As estimativas que se seguem são apenas uma tentativa de avaliação da ordem de grandeza da população presente em Monte Gordo no mês de Agosto e do peso das presenças de turistas registadas anualmente na população global teórica da aldeia.

*A clientela da hotelaria* <sup>(30)</sup>. — A capacidade receptiva da hotelaria era de cerca de 900 camas em 1968 e de 1300 em 1973, o que, admitindo taxas de ocupação de 90 p. 100 nos meses de maior afluxo de visitantes, equivale a acréscimos da população presente de 800 e 1200 pessoas, respectivamente. Ordens de grandeza semelhantes deduzem-se a partir do número de dormidas do mês de Agosto — 846 em 1968 e 937 em 1971 — pelo que se pode afirmar que no Verão a hotelaria aumenta de 50 p. 100 a população residente da aldeia. Durante o ano, os turistas que passam pelos hotéis e pensões equivalem à presença média de várias centenas de pessoas (número de dormidas/365): 384 em 1967; 330 em 1968 (diminuição correspondente à crise económica da Inglaterra); 663 em 1972.

Esta população flutuante caracteriza-se pela sua expansão, notável mas irregular (em correspondência com a da capacidade de recepção e a situação financeira dos países de origem), pela diversidade quanto aos países de residência, meses de maior afluxo e duração das estadas. Predominam os ingleses (75 p. 100 dos hóspedes estrangeiros e 80 p. 100 das dormidas destes, em 1972), a que se seguem os hóspedes residentes em Portugal, que não alcançam no entanto o terço do número de ingleses, e os alemães (com cerca de 10 p. 100 dos hóspedes estrangeiros e 13 p. 100 das dormidas, em 1972). Tais aspectos são gerais à hotelaria do distrito de Faro (fig. 6), também ela ao serviço de hóspedes estrangeiros, sobretudo dos ingleses, mesmo nos anos economicamente críticos para o Reino Unido (1967 e 1968).

<sup>(30)</sup> Incluímos hotéis, pensões, albergarias e pensões residenciais.

Os ingleses e alemães fazem férias relativamente longas em Monte Gordo, instalando-se os primeiros nos hotéis e preenchendo os segundos as pensões de nível superior ou médio. Pelo contrário, para os franceses Monte Gordo constitui uma praia de passagem durante viagens de férias essencialmente itinerantes. Também os americanos, de visita

à Europa, dispõem de poucos dias para se instalarem neste extremo do continente.

A clientela da hotelaria não aflui com a mesma intensidade ao longo do ano (fig. 7): o período morto abrange, porém, apenas Novembro, Dezembro e Janeiro; a clientela de Portugal aflui no Verão e nas férias do Natal, Carnaval e Páscoa; são os ingleses e alemães que animam os meses de transição — Abril, Maio, Junho e Outubro — pelo que são os clientes que mais interessam às gerências; inversamente, a grande concentração da procura francesa e suíça e a sua simultaneidade com a portuguesa,

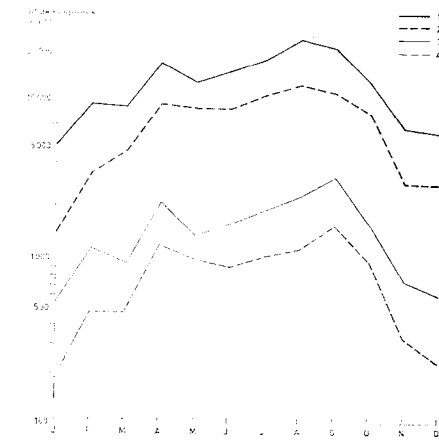


Fig. 6 — Evolução mensal da frequência da hotelaria do concelho de Vila Real comparada com a do distrito de Faro, em 1968. 1, total do distrito; 2, hóspedes estrangeiros do distrito; 3, total do concelho; 4, hóspedes estrangeiros do concelho.

coloca-a em posição económica secundária. Atenda-se porém que a importância dum ou doutra clientela depende não apenas do número de visitantes e de dormidas mas também do seu nível sócio-económico e das formas de organização das férias. Os ingleses e alemães organizam-nas através de agências de viagens, que garantem aos hotéis elevadas taxas de ocupação <sup>(31)</sup> — 143 em 1971 — mas com heterogeneidade sócio-económica e redução dos ganhos médios por cada cliente, além de que muitos contratam apenas o alojamento. Assim, em 1969, na clientela estrangeira da

<sup>(31)</sup> Número de dormidas durante o ano/número de quartos×365 dias.

albergaria Monte Gordo, de nível superior, estavam largamente representados os empregados de comércio alemães e os reformados ingleses: os últimos oferecem a grande vantagem de organizarem as férias com antecedência e de se deslocarem também no Inverno. O mesmo sucedia na clientela

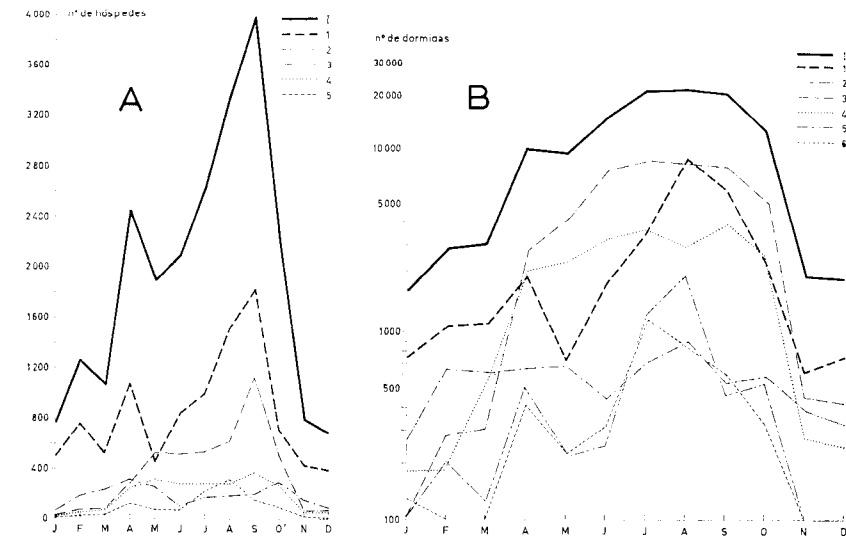


Fig. 7 — A, Variação mensal do número de hóspedes da hotelaria do concelho de Vila Real em 1968. I, total; 1, residentes em Portugal; 2, estadunidenses; 3, ingleses; 4, alemães; 5, franceses. B, variação mensal do número de dormidas na hotelaria do concelho de Vila Real em 1968, segundo as residências dos hóspedes. I, total; 1, residentes em Portugal; 2, ingleses; 3, estadunidenses; 4, alemães; 5, franceses; 6, suíços.

dos principais hotéis, como o Vasco da Gama ou o Caravelas. Entretanto, as pensões de pequena capacidade receptiva só com dificuldade interessam as agências de viagens, pelo que as suas taxas de ocupação são baixas, da ordem de 70 a 80.

A clientela portuguesa, porque não programa as férias com a antecedência dos alemães e ingleses e não escolhe os meses de frequência média, corre sempre o risco de não encontrar o alojamento pretendido ou de não encontrar qualquer alojamento: quase só os grandes hotéis «se dão ao luxo» de reservar um certo número de quartos para os clientes que

chegam isoladamente, nacionais ou estrangeiros. Doutra forma, seria ela a preferida, pois corresponde sempre às classes mais abastadas que são fortemente seleccionadas pelo preço das diárias. Com efeito, mesmo nas pensões de nível inferior — Madalena, Pró-Mar e Espanhola — se encontram, sobretudo, famílias de médicos, advogados, engenheiros, quadros superiores do exército, grandes comerciantes, empresários e gerentes industriais (designadamente, da Covilhã e da região de Aveiro e Porto), importantes proprietários rurais... a que se juntam alguns empregados bancários e professores do ensino médio. O nível social da clientela espanhola daquela última pensão (da Andaluzia, Estremadura e de Madrid) é igualmente elevado: prefere a praia de Monte Gordo às do Sul de Espanha por ser mais limpa e tranquila e garantiu, no mês de Agosto de 1970, um terço da clientela total.

Com a elevação dos preços da hotelaria mantêm-se aquelas camadas sociais portuguesas mas diminui a duração das estadas. Assim sucedia no Catavento durante o Verão de 1970, bem como na Residencial Monte Sol, não obstante a sua estruturação em *suites* ser a mais conveniente ao turismo familiar: na mesma altura, o preço da dormida de cada membro duma família ou grupo nunca era nesta última inferior a 100\$00 diários.

*A clientela do parque de campismo.* — O parque de campismo municipal — instalado no pinhal, a leste e ao lado de grandes hotéis, blocos de apartamentos e duma área de belas vivendas — conheceu, no último decénio, notável aumento de clientela, pelo que em 1966 alcançava já a saturação no mês de Agosto: assim, os novos maiores aumentos do número de dormidas registaram-se no mês de Setembro e sobretudo no de Julho, a que equivale em 1967 um aumento da receita de 160 p. 100 em relação à do mesmo mês do ano anterior. A evolução das receitas anuais da sua utilização traduz o ritmo de acréscimo da clientela, que a partir de 1962 o frequenta durante todo o ano, embora os valores anteriores e

posteriores a 1964 não sejam comparáveis entre si por ter havido actualização de preços:

1960 .....	18 508\$00
1961 .....	34 878\$00
1962 .....	53 531\$00
1963 .....	76 017\$00
1964 .....	197 036\$60
1965 .....	357 612\$00
1966 .....	611 347\$00
1967 .....	769 343\$50

Posteriormente, podemos avaliar a expansão da clientela pelo confronto das estatísticas referentes ao afluxo de campistas e às dormidas:

	1967	1973
<i>N.º de campistas</i>		
nacionais .....	5 738	16 256
estrangeiros .....	5 497	6 416
TOTAL .....	11 235	22 672
<i>N.º de dormidas</i>		
nacionais .....	77 356	119 262
estrangeiros .....	34 021	26.791
TOTAL .....	111 377	146 053

Atendendo ao número de dormidas registadas durante o ano verifica-se que ao parque de campismo corresponde teoricamente um aglomerado de cerca de 300 pessoas presentes em 1967 e de 400 em 1973, que na sua maioria residem em Portugal <sup>(32)</sup> e na França.

Esta população distribui-se muito irregularmente ao longo do ano, sendo máxima em Julho, Agosto e Setembro (fig. 8); aos campistas das várias nacionalidades correspondem amplitudes de variação de frequências mensais — absolutas e relativas — semelhantes às da clientela da hotelaria, o que reforça a conveniência de medidas de captação de turistas alemães,

<sup>(32)</sup> Muitos destes não têm a naturalidade portuguesa: o campismo é, sem dúvida, uma modalidade de habitar em férias de difusão tardia entre as famílias portuguesas.

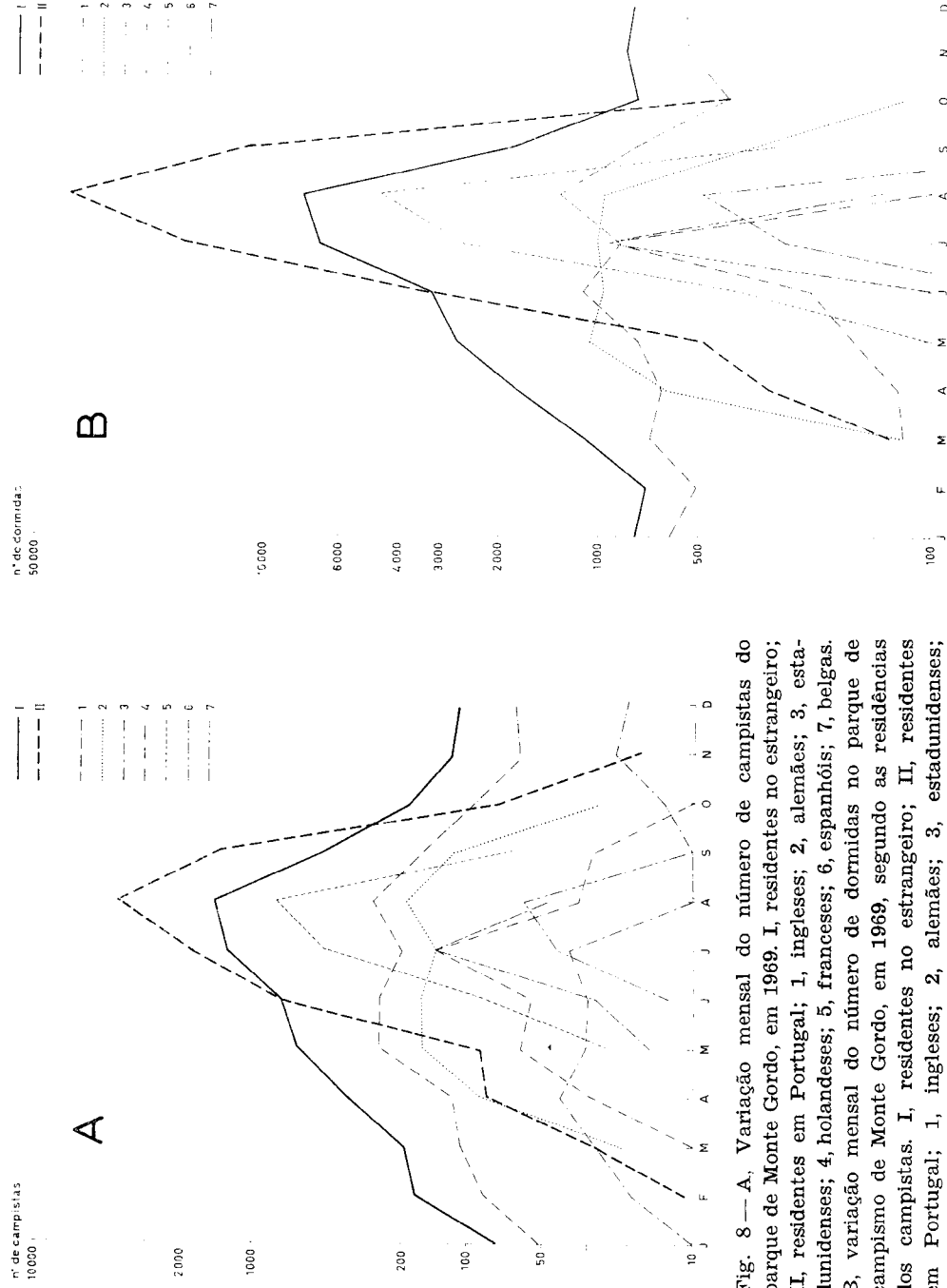


Fig. 8 — A, Variação mensal do número de campistas do parque de Monte Gordo, em 1969. I, residentes no estrangeiro; II, residentes em Portugal; 1, ingleses; 2, alemães; 3, estadunidenses; 4, holandeses; 5, franceses; 6, espanhóis; 7, belgas. B, variação mensal do número de dormidas no parque de campismo de Monte Gordo, em 1969, segundo as residências dos campistas. I, residentes no estrangeiro; II, residentes em Portugal; 1, ingleses; 2, alemães; 3, estadunidenses; 4, holandeses; 5, franceses; 6, espanhóis; 7, belgas.

ingleses ou estadunidenses, que afluem nos meses de menor procura. No mês de Agosto, vivem habitualmente no parque de campismo de Monte Gordo cerca de 1500 pessoas, das quais mais de três quartos residem em Portugal; o número médio de dias das suas estadas aproxima-se da dezena (fig. 9), e é bastante superior ao dos clientes de outras nacionalidades qualquer que seja o mês considerado, pois, sendo pouco numerosas as entradas e as dormidas nos meses de Novembro, Dezembro e Janeiro, os valores médios calculados — que são elevados — não têm verdadeiro significado.

O parque de campismo de Monte Gordo figura naturalmente como fulcro de programação das férias estivais de gente da classe média urbana do país <sup>(33)</sup>, sobretudo pelo contraste que oferece com o elevado nível de preços da hotelaria e dos aluguéis de quartos em casas particulares. A confirmá-lo está a identificação do lugar de residência habitual dos 1200 campistas nacionais que o frequentaram entre 24 de Julho e 15 de Agosto de 1970: a figura 10 decalca pois os resultados do inquérito levado a cabo pelo IPOPE <sup>(34)</sup> em 1969 e 1970, dos quais se salienta

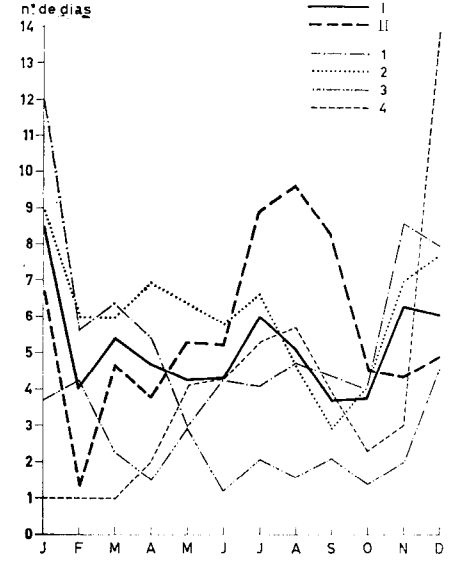


Fig. 9 — Duração média das permanências no parque de campismo de Monte Gordo, em 1969, segundo o lugar de residência dos campistas. I, campistas residentes no estrangeiro; II, residentes em Portugal; 1, ingleses; 2, alemães; 3, estadunidenses; 4, franceses.

<sup>(33)</sup> Quase ao nível das residências das famílias, sempre que se trata de população urbanizada recentemente e ainda jovem.

<sup>(34)</sup> Instituto Português de Opinião Pública e de Estudos de Mercados, Lda.

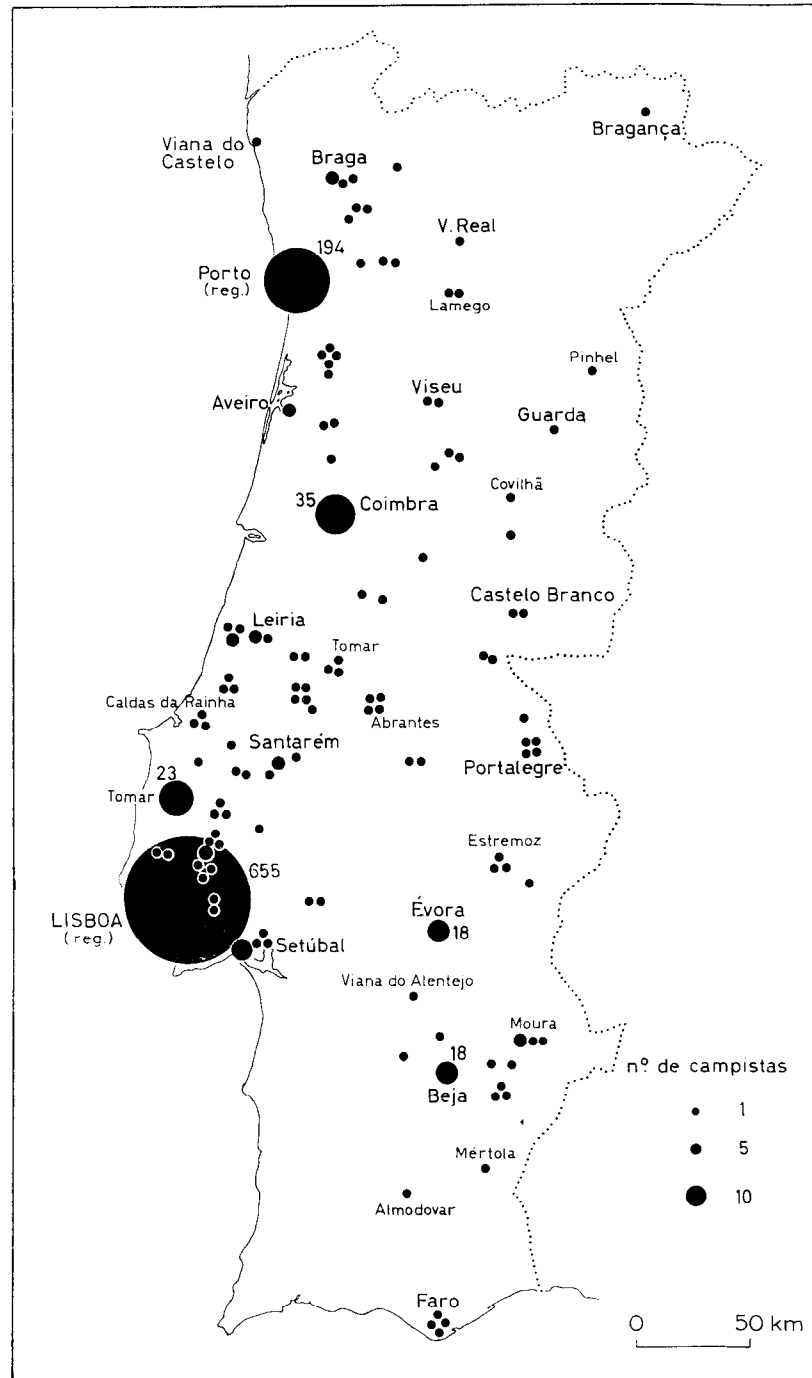


Fig. 10 — Principais lugares de residência dos campistas de Portugal.

o facto de as férias constituírem privilégio das famílias do grande Porto, da grande Lisboa e da Estremadura (que inclui o distrito de Setúbal e o Ribatejo), a importante atracção do Algarve sobre as duas últimas regiões e o Alentejo, a concentração estival da procura e o modesto nível das despesas médias diárias durante as férias.

*A clientela do equipamento complementar de alojamento (residências secundárias, habitações e quartos alugados).* — Os turistas que frequentam a hotelaria e o parque de campismo são somente uma parte da população que passa férias em Monte Gordo. Uma outra, por certo não menos importante, pelo número e pelos consumos de bens e serviços, utiliza residências secundárias ou aluga alojamentos mobilados, por vezes apenas um ou dois quartos e serventia de cozinha e casa de banho nas habitações da população residente. O cálculo desta clientela é muito difícil, quer o abordemos pela apropriação de habitações por gente de fora quer pelas declarações dos aluguéis. Avaliamos em cerca de 350 a 400 as habitações de Monte Gordo não pertencentes a proprietários residentes na aldeia: se durante o mês de Agosto admitirmos a fixação de 5 pessoas por cada uma <sup>(35)</sup>, a população residente é duplicada. A esta há a acrescentar a que aluga habitações pertencentes a gente de Monte Gordo (37 em 1965, 55 em 1966 e 62 em 1968) que avaliamos em 80 a 100 famílias e portanto algumas centenas de pessoas <sup>(36)</sup>.

<sup>(35)</sup> Embora seja um valor elevado, não nos parece impossível, pois somam várias dezenas os casos que conhecemos de famílias que se agrupam durante as férias e que se dilatam pelo convite de amigos, nomeadamente de colegas dos filhos.

<sup>(36)</sup> Note-se que escapam mais facilmente à fiscalização os proprietários de residências secundárias que as ocupam num curto período estival, no geral apenas de um mês, e as alugam por semanas, quinzenas ou por todo um mês no restante período de veraneio: a ocupação das casas por gente de fora, desconhecida dos fiscais, justifica-se a título familiar e de amizade e não de rendimento. Pelo contrário, toda a ocupação por forasteiros, durante a temporada de banhos, das casas pertencentes à gente de Monte Gordo sugere motivação lucrativa para os proprietários: apenas se pode duvidar largamente do valor das rendas declaradas.



Quais as proveniências desta clientela? A primeira sugestão é-nos dada pela figura 11, onde se cartografaram os rendimentos colectáveis correspondentes a propriedades urbanas do concelho de vila Real, pertencentes a famílias que habitam longe, segundo as suas residências: a apropriação é importante no caso dos centros urbanos do Sotavento e de Faro, mas bastante menor para os do Barlavento; todo o Alentejo interior está bem representado, assim como a região de Lisboa, sem que se possa admitir no primeiro caso emigração das populações do concelho de Vila Real, ao contrário do segundo. Em Lisboa residem, com efeito, 186 contribuintes, dos quais cerca de 50 p. 100 têm no concelho um rendimento colectável urbano inferior a 5000\$00 (16 p. 100 inferior a 1000\$00); porém, a 33 p. 100 correspondem valores superiores a 10 000\$00 e a 10 p. 100 superiores a 20 000\$00, o que significaria uma emigração numerosa de abastados proprietários, não compatível com a estrutura social do concelho. Tais considerações são extensivas a Faro (70 contribuintes), Olhão (34), Tavira (50), Beja (19) e Castro Verde (11), onde sabemos residirem muitos proprietários com residências secundárias em Monte Gordo.

A atracção da praia pode mais precisamente ser apreciada pela residência dos proprietários dos prédios de Monte Gordo que são objecto de contratos de aluguer <sup>(37)</sup> por período inferior a seis meses, admitindo que a posse de habitações proporciona-lhes quase sempre estadas balneares, embora conjugadas com arrendamentos temporários. Esta análise sublinha, de igual modo, aqueles centros urbanos e sugere, para os anos sessenta, o desenvolvimento da apropriação predial da região de Lisboa e a crescente exploração lucrativa dos imóveis (quadro I).

As residências dos inquilinos correspondentes aos prédios considerados na amostra anterior confirmam as dominantes espaciais, acima expostas, de atracção de clientela pela praia de Monte Gordo, mas simultaneamente indicam o desapare-

<sup>(37)</sup> Segundo os contratos de arrendamento, pelo que um mesmo proprietário pode figurar várias vezes, porque possui vários apartamentos ou porque não aluga a casa pela temporada mas por períodos quinzenais ou mensais.

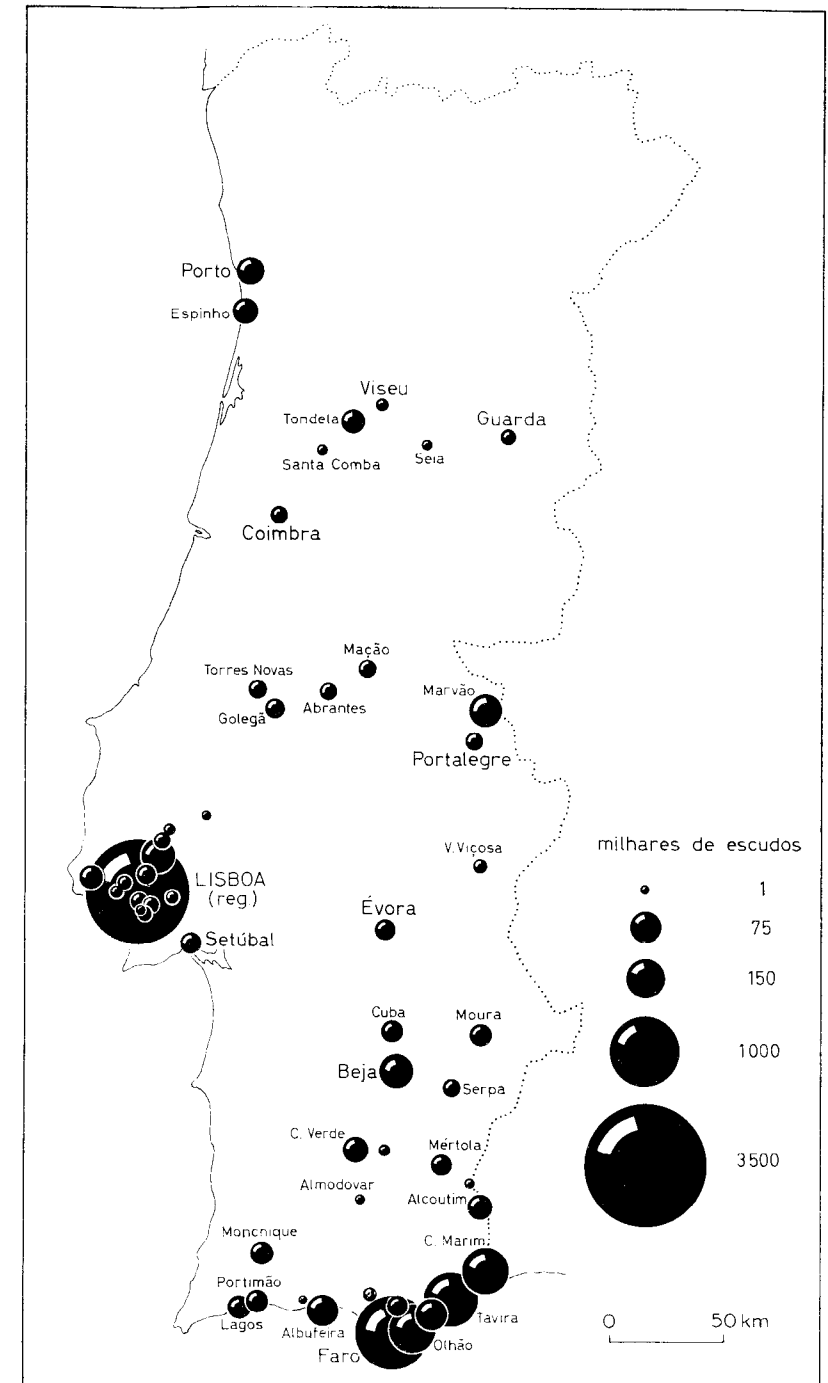


Fig. 11 — Rendimento colectável dos proprietários de prédios urbanos situados no concelho de Vila Real, em 1973, segundo os seus lugares de residência exteriores ao concelho.

QUADRO I

Principais residências dos proprietários  
por aglomerados e regiões (R)

Residências	1963	1966	1968
Monte Gordo	37	55	62
Vila Real	1	12	7
Tavira	2	3	3
Olhão	1	—	—
Faro	8	15	12
Lisboa (R)	2	19	45
Porto (R)	—	4	3
<b>TOTAL</b>	<b>53</b>	<b>116</b>	<b>138</b>

cimento da transferência estacional das famílias de Vila Real (em resposta à elevação dos preços dos aluguéis e às facilidades de deslocação diária em camioneta ou automóvel, que também servem os banhistas que, não encontrando alojamento na aglomeração de veraneio, se instalam na vila), o enfraquecimento da dos centros urbanos do Algarve oriental, nomeadamente de Faro (que se satisfazem com praias mais próximas e menos caras), a persistência da clientela de todo o Baixo Alentejo e a atracção crescente da população do Alto Alentejo, da Covilhã e sobretudo das regiões de Lisboa e Porto (quadro II).

QUADRO II

Principais residências dos inquilinos,  
por aglomerações e regiões (R)

Residências	1965	1968
Monte Gordo	5	5
Vila Real	—	2
Algarve oriental <sup>(1)</sup>	9	10
Baixo Alentejo <sup>(2)</sup>	12	30
Alto Alentejo <sup>(3)</sup>	1	4
Covilhã	3	4
Lisboa (R)	17	44
Porto (R)	1	7

<sup>(1)</sup> Tavira, Olhão e Faro.

<sup>(2)</sup> Mértola, Corte do Gafo, Moura, Castro Verde e Beja.

<sup>(3)</sup> Évora e Campo Maior.

A posse dos prédios do núcleo central de Monte Gordo confirma e precisa esta atracção (fig. 12), não só pelas residências dos proprietários mas também pelos seus laços de parentesco com as famílias do Algarve ou com a clientela tradicional desta praia; são pouco numerosos (menos de 5 p. 100) os que se não filiam no Algarve oriental e no Baixo Alentejo, mas aos concelhos de Vila Real e Castro Marim corresponde um pouco menos de um quarto do seu número. Já assim não sucede com a posse das vivendas rodeadas de

QUADRO III

Profissões dos inquilinos por centros urbanos e regiões (R)

Principais profissões	Lisboa (R)		Beja		Évora		Covilhã		Porto (R)	
	1968	1969	1968	1969	1968	1969	1968	1969	1968	1969
Proprietários	7	4	11	3	—	1	—	—	—	—
Funcionários públicos	10	—	1	2	1	—	1	—	—	—
Licenciados e engenheiros	13	10	2	2	1	4	1	—	2	3
Industriais	1	1	—	—	—	—	2	2	3	—
<b>TOTAL</b> (declarado)	<b>(44)</b>	<b>(29)</b>	<b>(18)</b>	<b>(13)</b>	<b>(2)</b>	<b>(5)</b>	<b>(4)</b>	<b>(5)</b>	<b>(6)</b>	<b>(5)</b>

jardins da zona oriental do povoado, onde têm larga representação os industriais de Vila Real, e com as da periferia leste, pois predominam aqui proprietários residentes em Lisboa, cuja filiação não parece ligar-se ao Algarve e Baixo Alentejo. O seu interesse testemunha uma verdadeira projecção nacional de Monte Gordo no fim dos anos sessenta: de 24 lotes de terreno, 11 foram adquiridos por lisboetas e 2 por portuenses, e somente 2 por famílias de Vila Real, 3 de Tavira e 4 de Faro.

A clientela do equipamento complementar de alojamento goza de um nível sócio-económico no geral elevado. Indicam-no, por um lado, as profissões dos inquilinos dos prédios que foram objecto dos contratos de arrendamento (quadro III) e, por outro, as dos senhorios não residentes em Monte Gordo. Assim, em 1969, entre 41 senhorios residentes em Lisboa figuram 6 da classe média liberal — médicos, advogados e engenheiros — e 20 funcionários públicos; nos casos de Tavira,

Faro e Beja estão bem representados os proprietários e no de Olhão os industriais e comerciantes.

O valor das rendas recebidas pelos senhorios não residentes em Monte Gordo evidencia os de Lisboa e Faro (quadro IV), correspondendo, em 1968, aos primeiros 39 p. 100

QUADRO IV  
Valor global das rendas

Residência dos senhorios	1968 (1.000\$00)	1969 (1.000\$00)
Monte Gordo	287,8	178
Vila Real	49,5	51,8
Tavira	11,4	13,5
Faro	100,3	16,5
Beja	10	18
Lisboa	341	212
Porto	11	4

do valor global de todos os arrendamentos e aos segundos 11,5 p. 100. São também eles que desfrutam do mais elevado nível médio das rendas, o que indica a qualidade dos seus prédios: 7000\$00 em 1968 no caso de Lisboa contra 4600\$00 no de Monte Gordo. A posição excepcional de Faro, quanto aos arrendamentos superiores a 10 000\$00 (quadro V), deve-se à

QUADRO V  
Arrendamentos (%) em 1968

Residência dos senhorios	Valor das rendas (1.000\$00)		
	< 5	5 10	> 10
Monte Gordo	31,6	62,1	6,3
Vila Real	10,0	56,0	34,0
Faro	7,3	33,5	59,2
Lisboa (região)	7,4	55,3	37,3

apropriação moderna de prédios de vários andares explorados em arrendamento através de aluguéis a famílias de alto nível social. Inversamente, Monte Gordo, embora tenha recebido um terço do valor global das rendas, conta com muitas



Fig. 12 — Apropriação dos prédios da área central de Monte Gordo, segundo a «filiação» dos proprietários: 1, proprietários de Monte Gordo; 2, idem, pescadores de profissão; 3, proprietários de Vila Real e das freguesias de Castro Marim e Cacela; 4, idem do restante Algarve litoral até Faro (inclusive); 5, idem do Alentejo; 6, de outras regiões.

inferiores a 500\$00 e só raramente elas se elevam a 10 000\$00. Mesmo assim, são uma importante achega para os orçamentos das famílias residentes, sobretudo para as de marítimos: num total de 39 profissões de senhorios da aldeia contaram-se, em 1968, 21 pescadores (além de 2 operários das conservas, 4 comerciantes, 4 guardas-fiscais e 4 homens de ofício).

A evolução das classes sociais das famílias que frequentam Monte Gordo parece fazer-se no sentido da selecção económica, tendência que sabemos ser geral nas antigas praias do Algarve: apenas as casas dos marítimos com pouco conforto e situadas nas ruas menos centrais acolhem ainda a classe média. Por outro lado, as permanências são cada vez mais curtas e as proveniências cada vez mais distantes: em 1968, num total de 91 aluguéis, apenas um terço diz respeito a um mês e, destes (31), 12 referem-se a lisboetas, 5 a famílias residentes na região de Aveiro e Porto e 9 a alentejanos. Nos anos setenta muitos destes últimos vêm na segunda quinzena de Setembro e na primeira semana de Outubro e passam somente 8 a 15 dias em Monte Gordo. Entretanto, uma parte da clientela desta praia foi desviada para a da Manta Rota, onde adquiriu prédios ou onde aluga alojamentos a preços moderados: em 1969 foram declarados 26 contratos referentes a prédios da freguesia de Cacela, onde se situa aquela praia, todos eles de rendas inferiores a 10 000\$00 <sup>(38)</sup>.

#### *AS FASES DE CRESCIMENTO DA AGLOMERAÇÃO*

Nos últimos cem anos Monte Gordo passou, de modesta aldeia indiferenciada, a aglomeração de dois milhares de habitantes, com três sectores distintos, que respondem aos mais marcados períodos de crescimento e à justaposição de classes sociais.

---

<sup>(38)</sup> 3 de 500 a 1000; 12 de 1000 a 3000; os seguintes são inferiores a 5000, com excepção de 1 de 6000 e 1 de 9000. Todavia, convém ter sempre presente que os arrendamentos se referem a períodos muito diversos: só o nosso profundo conhecimento directo destes meios nos permite utilizar tais dados, que traduzem satisfatoriamente o nível social e o comportamento desta parcela dos veraneantes de Monte Gordo e da Manta Rota.

*A aldeia antiga.* — Nos meados do século XIX Monte Gordo era um pequeno núcleo de pescadores, parceiros da pesca de xávegas, que habitavam cabanas de junco <sup>(39)</sup>, à semelhança do que acontecia em outros núcleos marítimos algarvios no início do mesmo século e dos da costa ocidental que lhes são mais ou menos contemporâneos e similares na origem <sup>(40)</sup>.

Durante todo o século XIX o aumento da população traduziu-se largamente na multiplicação de cabanas. Os registos de óbitos indicavam quase sempre o tipo de habitação onde aqueles tiveram lugar: 10 cabanas e 2 casas em 1860; 7 cabanas e 4 casas em 1861; mas 1 cabana e 3 casas em 1862 e 1 cabana e 9 casas em 1864. Se bem que numa sociedade nivelada pela pobreza a mortalidade não variasse sensivelmente com os tipos de habitação, porque não lhes correspondiam sequer grandes diferenças de asseio e de conforto, a escassez dos quantitativos não permite estabelecer a proporção entre casas e cabanas nem o ritmo de substituição do estorvo pelo adobe e pela telha. Nos fins do século, contudo, as construções de adobe representavam mais de um terço das habitações de Monte Gordo: 46 casas de paredes de adobe e cobertura de telha e 113 cabanas, segundo o Inquérito Industrial de 1890, e 150 a 200 casas e 200 cabanas em 1908 <sup>(41)</sup>; destas, umas eram construídas todas em junco, outras com paredes de adobe e telhado de junco. Trata-se, no geral, de habitações modestas, de um ou de dois compartimentos.

O ritmo de modernização dos aglomerados de cabanas da costa algarvia parece-nos directamente dependente dos ganhos obtidos na pesca costeira ou do alto: mais precoce-

<sup>(39)</sup> Em 1840 existiam aqui 54 cabanas mas apenas 4 casas (J. B. DA SILVA LOPES, obra cit., p. 385) enquanto, em Santa Luzia existiam 40 casas contra 50 cabanas (idem, p. 369); nas Cabanas também já se contavam algumas casas (ibidem, p. 378). A forma das cabanas é a de um rectângulo alongado no sentido norte-sul e suportado por um esqueleto de madeira; o telhado é de duas águas, do mesmo material das paredes; as portas são viradas a sul ou a norte, jamais lateralmente; por vezes existe uma pequena janela.

<sup>(40)</sup> Veja-se, de ERNESTO DE OLIVEIRA e FERNANDO GALHANO, *Palheiros no Litoral Central Português*, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Lisboa, 1964; e de RAQUEL SOEIRO DE BRITO, *Palheiros de Mira*, Col. «Chorographia», Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 1960.

<sup>(41)</sup> F. X. D'ATHAÍDE OLIVEIRA, obra cit., p. 186.

mente acelerado na Fuzeta e em Olhão, permite inferir (a par dos lucros do contrabando feito através de Cadiz e Gibraltar) o êxito das campanhas de pesca nas costas do sul de Espanha, Marrocos, Arrábida, Gronelândia e Terra Nova; mais lento nos outros aglomerados, ou pelo menos mais tardio, reflecte os ganhos dos pescadores do atum, uma parte dos quais deriva da distribuição de 10 p. 100 do produto líquido anual do exercício de cada armação (Cabanas, Santa Luzia, Quarteira e Armação de Pêra) <sup>(42)</sup>.

Monte Gordo ficou, todavia, marginal aos lucros da pesca do alto e aos do novo surto das armações de atum portuguesas (apenas participou nas das armações espanholas, quando as empresas exploradoras recrutaram na aldeia alguns trabalhadores), o que pode explicar <sup>(43)</sup> o persistente interesse pela construção de habitações pouco duradouras mas baratas entre uma população verdadeiramente radicada no local. Talvez algumas cabanas constituíssem anexos da habitação principal, mas muitas mais continuavam ainda a ser habitadas no final do século XIX. Assim, entre 1886 e 1890, são apresentados à Câmara de Vila Real vários pedidos de cedência de pequenas parcelas de terreno baldio para edificação de cabanas. Paralelamente, outras são inscritas na Conservatória do Registo Predial daquela vila. Era um estilo de construção que se mantinha, prático, barato e instável como instáveis eram as dunas e o dia-a-dia dos moradores, ora trabalhando nas artes locais, ora partindo para Espanha, mas não raras vezes mendigando pelo campo um balaio de figos ou um punhado de milho que agradeciam com alguns centos de conquilhas. Mas não era o único, e, porque não afirmava socialmente os seus moradores, quando a população de Monte Gordo começou a diferenciar-se e as famílias dos pescadores de galeão e das operárias das fábricas de conservas (de Vila Real, Isla Cristina e baía de Cadiz) se elevaram económica-

<sup>(42)</sup> Em Quarteira a evolução foi contrariada por o terreno da aldeia pertencer ao morgadio do Marquês de Loulé, que cobrava 120 réis anuais por cada cabana e 800 réis por cada casa de pedra e cal. J. B. DA SILVA LOPES, obra cit., p. 306.

<sup>(43)</sup> Além da sua situação sobre dunas não fixadas por vegetação, única no conjunto dos aglomerados algarvios citados acima, com excepção de Quarteira.

mente, algumas cabanas são refundidas: de começo, o colmo das paredes é substituído por adobes rebocados e caiados; depois, o tecto passa a ser construído com telhas de canudo; também a paliçada que rodeava o pequeno quintal, onde no geral se instalava a cozinha de Verão, dá lugar a um muro de adobes, ao abrigo do qual se multiplicavam os anexos; e, não raras vezes, surge uma casa colorida, com platibanda e pátio ladrilhado. Note-se que a construção destas casas também não era dispendiosa, tanto mais que o terreno era cedido quase gratuitamente e elas podiam ser levantadas aos poucos, pela colocação das economias de cada safra. Os adobes fabricavam-se com areia, cascas de mariscos e barro que se ia buscar a S. Bartolomeu do Sul e à Serra. A cal e a telha eram compradas nos fornos mais próximos. A água não escasseava: bastava afastar a areia seca, abrir uma cova na areia húmida, com um a dois metros de profundidade, e meter uma ou duas barricas sobrepostas (que formavam as paredes) para se ter um poço.

A construção de casas intensificou-se depois de aberto, em 1892, o ramal que liga a povoação à estrada de Tavira e Vila Real, o qual também permitiu o começo do desenvolvimento do veraneio, e com este a difusão dos paradigmas de conforto dos veraneantes e a afirmação das suas exigências, pois muitos alugavam casas ou quartos aos marítimos. Daí a diversidade das descrições prediais, referentes à viragem do século <sup>(44)</sup>.

Quanto à morfologia da aldeia, o casario dispunha-se sem ordem ou segundo grosseiros alinhamentos, a sul e a nascente da igreja, pelos reversos das principais dunas que a protegiam dos ventos de sudoeste, que são os dominantes. O sítio oferecia, além do mais, a vantagem de ficar no limite das possíveis devastações dos grandes temporais do sul e das marés

---

<sup>(44)</sup> Vejamos alguns exemplos: cabana, com 3 compartimentos, entre as futuras ruas Gonçalo Zarco e Fernão de Magalhães; cabana, com 2 compartimentos, confrontando a norte e a sul com ruas públicas; cabana, com 3 compartimentos, situada junto da estrada pública; cabana, com paredes de adobe, forrada de junco e dividida em 3 compartimentos; prédio urbano, com 5 compartimentos e quintal, confinando a nascente com o Largo da Igreja.

vivas <sup>(45)</sup>. Quando os areais interiores foram plantados com pinhal, ele ficou também protegido dos ventos do norte. Uma dificuldade continuou a persistir: a da movimentação das areias da praia. Algumas casas situadas no lado do mar foram levantadas sobre outras soterradas pelas areias. Dentro da povoação a areia avolumava-se junto das construções e cobri-las-ia em poucos anos se se não procedesse à sua constante remoção <sup>(46)</sup>. Sendo certo que a recordação de factos distantes no tempo umas vezes os atenua e outras os exagera, não deixa de ser de considerar a da constante modificação da topografia. Documentam-na a análise das relações actuais entre o nível das areias e o do interior de algumas casas dos alinhamentos mais meridionais da zona de poente da aldeia: umas vezes o chão da casa situa-se abaixo do poial, outras prolonga-se por um pátio fechado por um muro de adobe que constitui obstáculo contra a invasão das areias, e outras ainda, casa e pátio aberto estão alcandorados, fazendo-se o acesso por escadas de alvenaria de vários degraus. Semelhantes desníveis encontram-se em profusão nas ruas que partindo do Largo da Igreja vão ter à rua-estrada, um dos principais e o mais antigo eixo de acesso a Monte Gordo. No mesmo sentido falam também os muros dos largos terraços que acompanham tradicionalmente as vivendas da Avenida Marginal. Cremos explicar-se ainda deste modo a sistemática disposição norte-sul das cabanas, que evitava uma perigosa acumulação das areias sobre a sua cobertura.

*A primeira expansão de Monte Gordo como centro de veraneio.* — A antiga aldeia estendia-se desde a igreja até à estrada e compreendia vários alinhamentos de habitações onde as casas se misturavam com cabanas. A modernização

---

<sup>(45)</sup> Na verdade, não obstante a enorme largura da praia, nos fins do século passado permanecia viva a lembrança de que as cabanas e as casas situadas a leste da colina tinham sido ameaçadas pelas águas quando um temporal muito forte, do sul, coincidiu com maré alta e com uma cheia extraordinária do Guadiana (1876?): as águas fluviais, trasvasando o esteiro e os sapais, ligaram-se às do mar através do corredor dunar sublinhado no povoado actual pela avenida Vasco da Gama e pela rua Pedro Álvares Cabral, que a prolonga para norte.

<sup>(46)</sup> Vide, F. X. D'ATHAÍDE OLIVEIRA, obra cit., pp. 183-188.

apagou os traços desta heterogeneidade. Introduzindo a planta de padrão geométrico, definiu ruas ladeadas por fiadas contínuas de casas térreas, umas antigas outras recentes ou apenas remodeladas recentemente. As frentes destas ficavam sempre viradas ao mar. No lado norte de cada parcela construída abre uma porta para o quintal que tanto pode ser minúsculo como ter superfície superior ao espaço construído. Porém, no sector a sul da igreja e a oeste da Rua Dinis Fernandes (fig. 12), aliás aberta há poucos anos, após expropriações e demolições, podem-se ainda observar as formas confusas de construção, definidas por acrescentamentos conformes com as disponibilidades financeiras, a multiplicação das famílias e a utilidade dos pequenos anexos do quintal — abrigos da família quando os veraneantes alugam o corpo central do prédio. O aluguer era ainda facilitado porque muitos homens ou parte dos aglomerados familiares estavam ausentes, contratados pelas empresas de pesca espanholas e depois também pelas marroquinas. O impacto do veraneio traduziu-se, com efeito, primeiramente, no aluguer periódico das casas dos pescadores, por rendas tidas como caras <sup>(47)</sup>, e logo depois na construção de outras, definindo uma frente marítima e uma rua principal que coincide com a estrada. O notável desenvolvimento da pesca e da indústria de conservas do Sotavento criou numerosos compradores potenciais das casas dos marítimos, sobretudo pela acessibilidade ganha com a estrada e o caminho-de-ferro: muitos aproveitaram a possibilidade de vender especulativamente os seus únicos bens imóveis — as casas remodeladas — mas, nesta época, a principal penetração de proprietários de fora parece-nos ter sido feita pela construção de novos prédios. No extremo sul da estrada construíra-se uma pequena praça quadrangular <sup>(48)</sup>,

<sup>(47)</sup> Fr. XAVIER D'ATHAIDE OLIVEIRA, obra cit., p. 188, referindo-se a 1907.

<sup>(48)</sup> Idem, obra cit., p. 190. Diz este autor que a custo se conseguia mantê-la limpa e acessível, para o que se tornava necessário varrê-la diariamente, pois as areias num dia de descuido podiam fazê-la desaparecer sem ficar o mais pequeno sinal da sua existência anterior. Tal facto parece poder interpretar-se como resultado de não ter sido ainda ladeada de construções nos lados sul e leste. Nela se montavam algumas barracas e se formava uma pequena feira nos dias da festa de Nossa Senhora das Dores, em Agosto.

que é hoje o centro de convívio da população veraneante. A aglomeração continuava a estruturar-se segundo quatro ruas grosseiramente paralelas, estreitas e alongadas na direcção nascente-poente, que separam tiras de construções com comprimento igual a oito ou dez vezes a largura. A expansão para nascente estava, no entanto, em curso: em 1906 foram feitos vários pedidos de venda de parcelas de terreno baldio situadas junto da estrada, para neles se construírem prédios, o que significava a definição de um futuro eixo norte-sul, perpendicular mas periférico aos arruamentos anteriores, e, possivelmente, a saturação da zona central da frente marítima, bastante mais atractiva e valorizada pela paisagem que se desfruta dos terraços, janelas e varandas.

O crescimento rápido da superfície construída não se deve, contudo, exclusivamente ao veraneio: reflecte também o da população residente no aglomerado, que passara a ser referido nos documentos oficiais como «povo» e não como «sítio» (meados do século anterior). Em 1911 viviam em Monte Gordo mais de duzentas famílias e entre 1840 e 1911 o seu número crescera 260 p. 100. Não faltavam ainda parcelas para novas construções: quando, em 1886, a Câmara de Vila Real cedeu ao Ministério da Agricultura as dunas que se estendiam do Guadiana ao Cabeço, reservou para si uma faixa de 100 metros de largura em torno do aglomerado de Monte Gordo, de modo a evitar possíveis entraves ao seu desenvolvimento. Esta foi dividida em talhões, alguns dos quais, postos à venda em 1911, satisfizeram os vários pedidos de compra de terreno para construir: 11 em 1911 e 9 em 1912.

As preocupações do corpo municipal atestam, no entanto, a sua constante atenção por Monte Gordo como centro de veraneio. Fala-se na realização, ali, duma conferência sobre «turismo e suas vantagens». Discutem-se plantas e alinhamentos de ruas e passeios, o alargamento da praça e o preço de base de licitação de cada metro quadrado de terreno. Discutem-se também a abertura de novos poços, a criação de um posto telegráfico e de uma caixa de correio, a iluminação pública (com 7 antigos candeeiros que tinham servido a de Vila Real) de 1 de Julho a 31 de Outubro, o abastecimento dos talhos e a cedência da casa da escola, construída recentemente,



para servir de casino durante a época balnear, o que promoveria o desenvolvimento da praia, «porque só facilitando distrações se atraem os veraneantes». Paralelamente obrigava-se o levantamento das cabanas que ocupam os terrenos vendidos «para não tolher o desenvolvimento da povoação que está em embrião», sem indemnização dos proprietários daquelas pelos compradores de terrenos. Decide-se ainda a criação de uma avenida que vá da Praça até ao mar (a actual Avenida Vasco da Gama) (fig. 12), a abertura dum quiosque no centro e a arrematação da remoção dos estrumes. Entretanto surgem algumas reclamações por só se atender à população de Monte Gordo durante três meses, «como se depois de Outubro não vivesse lá ninguém».

A subida dos preços de venda dos terrenos reflecte a procura dos mesmos: o valor mínimo foi fixado em 1916 em 8 centavos por metro quadrado (3 centavos em 1912), apenas ligeiramente inferior ao preço das parcelas de Vila Real, licitadas a partir de 10 centavos. Na praia constroem-se dois pavilhões de madeira, onde serão vendidas bebidas e refrescos. Alguns dos proprietários das casas situadas do lado nascente da Avenida Marginal propõem-se colaborar na construção desta, com metade das despesas a fazer em frente dos seus prédios.

A aglomeração crescera para leste da estrada norte-sul através da qual se fazia toda a circulação de chegadas e partidas. O seu centro geométrico afastou-se consideravelmente da colina da igreja para se situar sobre aquele eixo, em função do qual, com equilíbrio, se virá a desenvolver, nos decénios seguintes, Monte Gordo dos veraneantes.

Em 1923 todo o terreno do Município estava vendido e construído. Foi então pedido ao Ministério da Agricultura a cedência de duas outras faixas de terreno laterais à estrada, a sul da casa da guarda, para vender em talhões. Naturalmente estes foram, depois dos da Avenida Marginal, os que alcançaram licitações mais altas: 1\$50 a 2\$00/m<sup>2</sup> nos anos trinta.

A crise económica não teve reflexos negativos no seu desenvolvimento como centro de veraneio. A miséria que assolava os lares de operários e de pescadores (pela desvalorização do peixe, redução considerável da frota de pesca

de Vila Real — que se traduziu em falta de empregos —, escassez de cardumes e proibição de entrada de trabalhadores estrangeiros em Espanha) impôs medidas urgentes, em particular a de criação de trabalhos que permitissem distribuir alguns salários: construção do Casino Oceano, calcetamento de algumas ruas e abertura da rede de esgotos e de iluminação. Entretanto, a Campanha do Trigo enriquecia alguns proprietários e lavradores e o afluxo de visitantes alentejanos a Monte Gordo cresceu. A oferta de casas foi alimentada pelos marítimos que viram na venda das suas a possibilidade de vencer a fome. A compra destas foi seguida da sua remodelação, tendo-se generalizado a planta de um corredor central e quartos laterais, a que correspondem uma porta e duas janelas, e a cobertura constituída de telhado e de varanda, do tipo das de Vila Real, rodeada por uma platibanda decorada e decorativa. Paralelamente entrou no mercado a oferta espanhola. Se, durante a Guerra Civil, Monte Gordo se tornou lugar de refúgio para mais de cinco centenas de espanhóis, esta familiaridade não foi seguida de aumento de veraneantes daquela nacionalidade. A mudança dos câmbios levou à venda dos prédios anteriormente adquiridos e tornou o custo de vida em Portugal demasiado elevado. Ao mesmo tempo foi proibida ou simplesmente dificultada a entrada em Espanha de trabalhadores estrangeiros, o que afectou os que migravam estacionalmente de Monte Gordo e criou entre a população marítima do aglomerado uma atitude hostil aos espanhóis fixados ou veraneantes.

Não foi, todavia, menos importante a venda de novos terrenos para construção (subtraídos uma vez mais à mata), cujos preços só por si indicam o desenvolvimento da procura: em 1933 oscilam entre 4\$00/m<sup>2</sup>, para as parcelas próximas da estrada, da Praça e da Avenida, e 1\$00, no caso das situadas a poente da igreja.

A estrutura da povoação alterou-se: se exceptuarmos o Sertão (também chamado bairro das Cabanas), onde se multiplicavam casas e cabanas no meio do vasto areal, sem quarteirões nem mesmo ruas, por iniciativa dos marítimos que haviam vendido as que estavam situadas mais no centro da aldeia, aquela duplicava-se pela rua-estrada, com simetria da superfície urbanizada e construída. A morfologia do sector

de nascente é porém nova: quarteirões ainda bastante alongados entre as ruas Pedro Álvares Cabral e Tristão Vaz Teixeira, mas divididos em parcelas superiores em dimensão e mais regulares do que as da região ocidental, com ruas relativamente largas, acompanhadas de passeios com árvores de sombra. No entanto, não estavam ainda completamente colmatados com construções os espaços entre a estrada e a rua Tristão Vaz Teixeira. A norte, a rua situada mais no interior parece ser a Gonçalo Velho, referida desde 1938.

Nos anos quarenta a atenção da Câmara concentra-se de novo sobre os interesses de Monte Gordo: transportes colectivos frequentes durante a época balnear (de Julho a Outubro), a completar com 6 táxis e muitas carrinhas; construção da estrada da mata; limpeza de ruas e praças (que inclui remoção das areias); iluminação pública, com energia eléctrica, durante três meses de Verão mas ainda reduzida no Inverno de 1939 a poucos candeeiros de petróleo; serviço telefónico e postal entre 15 de Maio e 15 de Outubro; abastecimento de carne entre estas mesmas datas; pavimentação de ruas e organização dos esgotos; funcionamento do casino entre 1 de Agosto e 30 de Setembro e do seu restaurante entre 15 de Julho e 5 de Outubro; organização de uma classe de ginástica, a cargo do professor da especialidade do Liceu de Faro; em 1946 refere-se também a distribuição de água e o alcatroamento das estradas. A publicidade da praia não foi de igual modo descurada (junto dos visitantes da Exposição do Mundo Português, nos guias de hotéis e pensões de Portugal, na Rádio, nos jornais e revistas, etc.) nem o lançamento de infra-estruturas receptivas, de que a mais urgente era a hoteleira, pela reabertura do Hotel Guadiana (Vila Real).

A escassez de terreno vago, a dependência das cedências de parcelas da mata para novas urbanizações e a própria estrutura do aglomerado — sem espaços verdes e com saturação do centro e do seu acesso — pediam forte disciplina e planeamento da sua expansão, além da construção de uma nova via de acesso: a estrada da mata. Na década de quarenta levou-se a cabo esta última, que reduziu de cerca de 50 p. 100 o tráfego do eixo central, e definiram-se novas condições de cedência de terrenos (talhões nunca inferiores a 300 m<sup>2</sup>) e preços mínimos (de 6\$00/m<sup>2</sup> para os lotes virados ao mar

e largos e de 4\$00 para os restantes, em 1942). Entretanto iniciam-se as encomendas de planos de urbanização que não foram jamais aprovados. A construção daquela estrada e o antepiano (de 1955) orientaram o crescimento, para nascente, da Avenida Marginal e da rua Fernão de Magalhães. Contudo, nos fins de cinquenta, Monte Gordo quase mantinha a dimensão de dez anos antes, se exceptuarmos uma vez mais o Sertão: aqui, as construções de adobe ou simples barracas de junco multiplicavam-se por iniciativa dos marítimos, desalojados da aldeia central. Em 1956 fala-se da grande expansão que durante os últimos anos se verificara na área dos pescadores e refere-se a rua das Cabanas; sete anos depois contam-se aqui muitas casas de adobe, encostadas umas às outras e ocupando uma superfície média de 80 m<sup>2</sup>, e muitas cabanas, umas de junco (habitadas ou utilizadas para arrecadação), outras de paredes de adobe mas cobertura de junco, nos dois casos habitadas por famílias muito numerosas, quase só de marítimos e de operárias conserveiras.

*O crescimento recente.* — Uma vez aprovado o antepiano de urbanização, recomeçou a venda de terrenos e surgiram novas construções. Em 1956, 1957 e 1958 aqueles interessam sobretudo os marítimos (41 em 54), talvez por se situarem nas proximidades do Largo da Igreja, onde se começavam a definir novas ruas, no prolongamento dos arruamentos antigos, corrigidos após expropriação. No ano seguinte são todavia vendidos 20 lotes para construção de vivendas, situados a nascente da rua Tristão Vaz Teixeira, que interessaram 8 compradores da região de Lisboa, 4 de Beja, 2 de Mértola, além de 6 do Sotavento algarvio. Esta dispersão espacial da residência dos concorrentes ao mercado dos terrenos da aglomeração não significa ainda uma grande estância balnear, pois muitos dos lisboetas filiam-se em famílias do Sotavento e do Alentejo, frequentadoras habituais desta praia.

Note-se que os maiores destes lotes valeram em 1959 40\$00 a 55\$00/m<sup>2</sup> e os menores 115\$00 a 120\$00/m<sup>2</sup> no ano seguinte (no Matadouro — pequeno subúrbio de Vila Real — as vendas faziam-se a cerca de 30\$00/m<sup>2</sup>). A poente, na aldeia antiga, junto do Sertão, os preços oscilaram então entre 20\$00

e 40\$00/m<sup>2</sup>, contra 5\$00 e 10\$00/m<sup>2</sup> durante 1956. A tendência ascensional acentua-se nos anos seguintes: em 1961 registaram-se 150\$00 a 200\$00/m<sup>2</sup> nos casos dos lotes de vivendas situados a nascente da Pensão Residencial Catavento; em 1964, os terrenos dos três blocos de apartamentos que sublinham o limite de poente da frente marítima elevam-se a 1700\$00/m<sup>2</sup> por ser permitida a construção de três pisos e pela situação livre e virada ao mar; em 1967, os dos blocos desenvolvidos em altura no canto nordeste da aglomeração alcançaram também valores muito elevados (1170\$00, 1340\$00 e 2450\$00/m<sup>2</sup>, estando neste último caso autorizada a construção de 6 pisos), enquanto os terrenos para construção de vivendas não isoladas, que lhes são vizinhos, foram vendidos por 550\$00 a 650\$00/m<sup>2</sup>.

Esta valorização excepcional da superfície a urbanizar resulta da oferta insuficiente no mercado. A expansão moderna de Monte Gordo não acompanhou na verdade o ritmo doutras regiões costeiras algarvias, por não ter jogado a oferta especulativa de terrenos particulares e pela dificuldade de cedência oficial ao município dos terrenos da mata. Uma vez esgotadas as parcelas reservadas a vivendas (quase todas com dois níveis) pelo antepiano de urbanização, restava como principal caminho de expansão da capacidade de alojamento o desenvolvimento em altura das novas construções e dos velhos edifícios em fase de remodelação (fig. 13). Faltam assim conjuntos residenciais de grande capacidade, de tipo Torre Alta ou de aldeia turística, planeados para terrenos já relativamente afastados (Lagoa), e a área da expansão moderna de Monte Gordo abrange uma pequena superfície e poucas centenas de metros de novos arruamentos, quase exclusivamente situados a oriente da povoação. No centro, as remodelações em altura mantêm-se porém localizadas e sem apagar a dominante geral de casas térreas: as transformações mais notáveis neste sector dizem respeito à acentuação da sua função residencial de veraneio, por multiplicação das vendas das casas a compradores cada vez oriundos de mais longe. A área de atracção destes novos proprietários aparece-nos, no entanto, enfraquecida quando consideramos a filiação em vez da residência (fig. 12): a atracção no território português foi pois largamente herdada e o seu raio aparentemente longo é, em grande parte, o reflexo da emi-

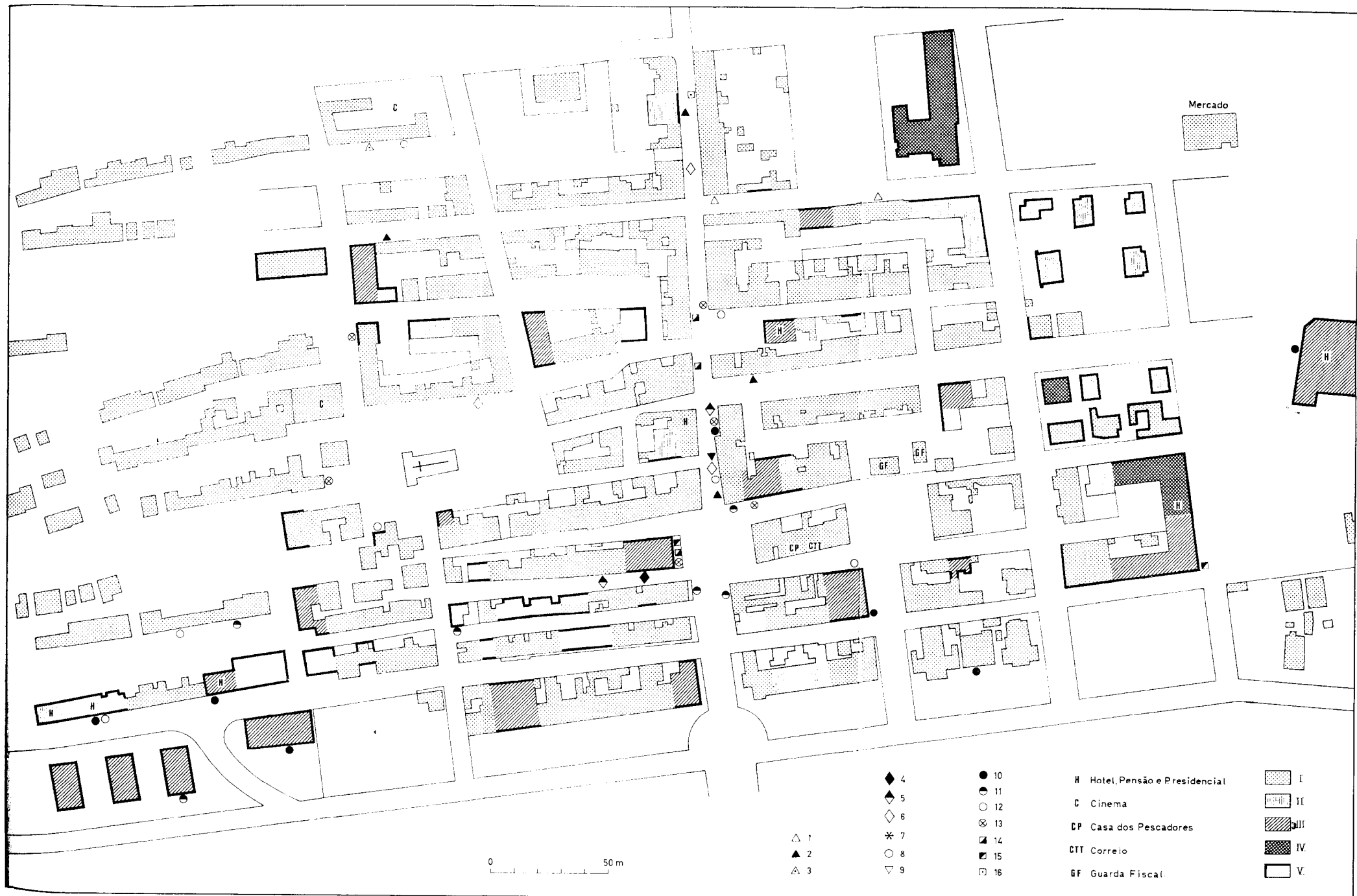


Fig. 13 — Expansão e renovação do casario, níveis de altura dos prédios (1970) e equipamento comercial de Monte Gordo (1974). I, rés-do-chão; II, 1.º andar; III, 2.º e 3.º andares; IV, 4.º e 5.º andares; V, prédios construídos depois de 1960. 1, barbeiro; 2, cabeleireiro; 3, sapateiro; 4, sapataria; 5, loja de tecidos e confecções; 6, mobílias, colchões e electrodomésticos; 7, farmácia; 8, agência bancária e cambial e de viagens; 9, lavandaria; 10, restaurante; 11, café, bar e pastelaria; 12, taberna; 13, «mercearias», bebidas, frutas e pão; 14, artigos regionais e de praia, tabacos e jornais; 15, *rent-a-car*; 16, loja de antiguidades.

gração das classes abastadas do Sotavento e Baixo Alentejo interior para as principais cidades do país. A população residente na área central de Monte Gordo é pois escassa e muito heterogénea: persistem algumas famílias de marítimos, mas para nascente da rua Pedro Álvares Cabral (fig. 12) são raras, nomeadamente na rua Gil Eanes; a maioria corresponde a comerciantes, empregados hoteleiros e bancários, dos C. T. T., guardas-fiscais, barbeiros e cabeleireiros que por vezes possuem ou ocupam mais de um prédio, cujos arrendamentos exploram durante cada temporada de praia.

Na zona ocidental do núcleo antigo observam-se algumas mutações notáveis — renovação das construções populares, sua substituição por prédios de um a dois andares, abertura e alcatroamento de ruas (no meio das areias dunares) e densificação da ocupação do Sertão —, sempre em consequência do progressivo deslocamento para poente da procura turística. Habitado tradicionalmente pelos pescadores mais pobres, o Sertão é hoje, por excelência, o sector de residência dos marítimos e de outra população de filiação local ou regional, de uma forma ou de outra ligada ao mar. Aqui foi construída, no último decénio, a dezena de pequenas habitações do Património dos Pobres, as únicas que em Monte Gordo abrigam, com rendas modestas, famílias de escassos recursos económicos e com muitos filhos, como ainda é habitual entre os pescadores totalmente desligados do campo e não urbanizados (fig.14).

O Sertão cresceu nos últimos anos em função de dois factores: saldo fisiológico importante e afluxo dos que venderam as casas situadas no corpo central do povoado. Embora os seus espaços livres não atraíam os construtores potenciais por falta de infra-estruturas mínimas, do tipo de arruamentos e rede de esgotos, as construções clandestinas tornaram-se todavia cada vez mais difíceis e localizam-se sobretudo na zona norte, numa topografia bastante baixa (cotas: 2 a 4 m): são construções muito pequenas, isoladas umas das outras e formando grosso modo um arco; muitas surgiram como cabanas, que ano a ano foram sendo transformadas em habitações mais confortáveis, ao mesmo tempo que se levantavam novas cabanas a sul e a poente, e que a norte se construíam, à distância de um estreito arruamento, as primeiras barracas

de madeira e folha-de-flandres, com a frente virada a sul, isto é, para os quintais do alinhamento anterior. Clandestinas embora, as barracas tendem também a volver-se em habitações duráveis: em alguns casos as latas, escrupulosamente caiadas

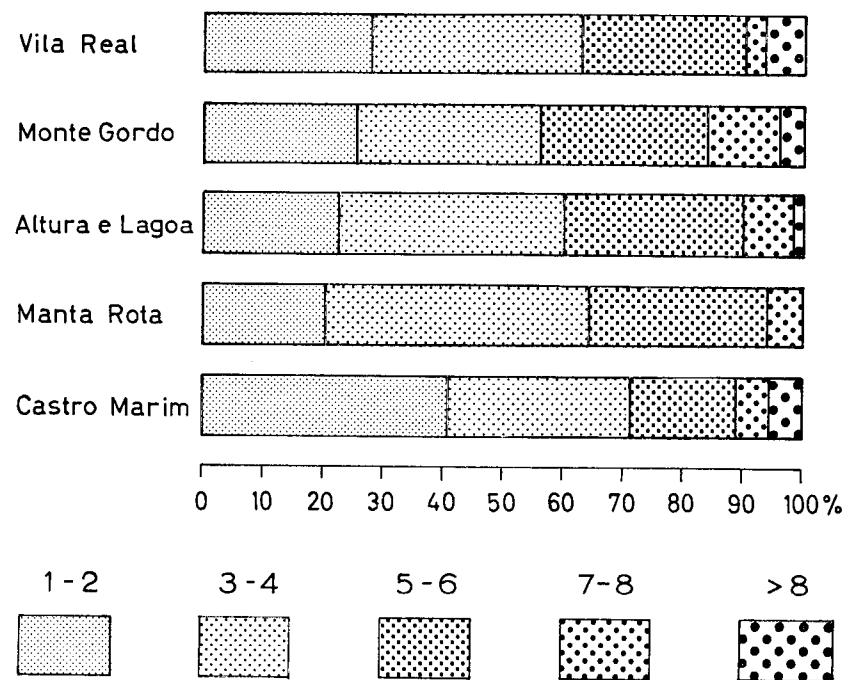


Fig. 14 — Composição (número de pessoas) dos agregados familiares dos pescadores de Monte Gordo, em comparação com os aglomerados vizinhos, em 1972.

e por vezes decoradas com barras coloridas, escondem paredes de adobe, chão de mosaicos e interiores muito cuidados, que são iluminados a partir de pequenas janelas embelezadas com cortinas de chita, e para onde se entra por uma porta de madeira com postigo. Os telhados são quase sempre de fibrocimento e sobre eles erguem-se chaminés padronizadas e com função meramente decorativa, já que a cozinha se faz num anexo exterior, construído de igual modo com latas muito caiadas. A entrada da casa é precedida de um poial, por vezes também de um pátio ladrilhado ou dum simples esboço de pátio, delimitado por adobes empilhados e com o chão ainda de areia.

Viver na periferia do Sertão é viver longe do centro de Monte Gordo, onde chegam as carrinhas e as camionetas que levam a Vila Real. Mas é também viver longe da praia, de que o separa a vasta extensão de areia movediça, difícil de atravessar por nela se encontrarem enterrados lixos domésticos de várias gerações de gente marginalizada e segregada para estas paragens. São poucos os forasteiros que ousam penetrar no interior do Sertão e são-lhes pouco acolhedores os seus habitantes: as crianças abordam-nos a pedir justificação, alguns cigarros, moedas ou uma simples fotografia; os adultos procuram afastar-se e fingir indiferença quando lhes parece tratar-se de estrangeiros ou esforçam-se por adivinhar o motivo das visitas dos que têm aparência de portugueses, receando sobretudo que a casa lhes seja subtraída, já que não houve compra nem escritura do terreno e muito menos inscrição de propriedade urbana na Repartição de Registo Predial.

A sua articulação com o povoado faz-se principalmente na igreja e nas paragens dos transportes colectivos: mesmo para os jovens, a praia de banhos e de jogos é o sector das barcas, que lhe fica defronte; só muito recentemente estes ousam passar por entre a multidão de banhistas, depois da colocação de alguns nos bares, restaurantes e hotéis. É certo que laços de família unem os marítimos do Sertão aos do povo, mas o convívio é frouxo, como seria de esperar quando o número de filhos ultrapassa frequentemente a meia dúzia, o de netos se conta por dezenas e os parentes pobres não podem acolher com uma simples fatia de pão as crianças quando brincam junto das suas portas durante tardes inteiras. O parentesco evoca-se principalmente entre os homens, nas tabernas, mas os comportamentos são antes de camaradagem profissional prolongada pelas horas de ócio.

#### O EQUIPAMENTO COMERCIAL

No conjunto das pequenas aglomerações do litoral do Sotavento, Monte Gordo situa-se no nível médio quanto ao número de contribuintes de comércio e indústria, mas no superior pelo rendimento colectável correspondente:

Principais aglomerações	N.º de contribuintes	Rendimento colectável (49)
Monte Gordo	64	1 508 493\$00
Castro Marim	57	483 420\$00
Cabanas	68	496 065\$00
Santa Luzia	140	2 991 920\$00
Fuzeta	94	2 991 834\$00

O seu distanciamento no que concerne ao comércio urbano é, porém, mais acentuado, em virtude da diferente composição dos rendimentos. A extracção e o comércio de sal predominam em Castro Marim (50 p. 100), a pesca em Cabanas (76 p. 100), Santa Luzia (57 p. 100) e Fuzeta (48 p. 100) e o comércio de peixe nesta última aglomeração (19 p. 100). Só em Monte Gordo têm significado relevante os restaurantes, bares, cafés, toldos e instalações de banho da praia (65 p. 100). É também aqui que o comércio alimentar está melhor representado (39 p. 100); seguem-se-lhe Castro Marim (35 p. 100), Fuzeta (30 p. 100), Santa Luzia (23 p. 100) e, por último, Cabanas (10 p. 100).

A comparação dos valores do comércio de tipo urbano, mesmo tendo presentes as diferenças de população dos aglomerados, tem limitações importantes, que resultam da forma de organização do espaço: Castro Marim e Monte Gordo gravitam em torno de Vila Real; Cabanas e Santa Luzia, de Tavira; e a Fuzeta de Olhão. No entanto, com um rendimento de 98 000\$00 no sector drogas, ferragens, louças, electrodomésticos, mobílias e alcatifas, a Fuzeta parece ter conquistado uma certa autonomia, menos acentuada no caso de Monte Gordo (55 000\$00), Santa Luzia (29 000\$00), Castro Marim (15 000\$00) e Cabanas (7000\$00); Castro Marim destaca-se pelo rendimento dos ramos de tecidos e sapatos (73 000\$00), seguida de Monte Gordo (58 000\$00) e, distanciadamente, da Fuzeta (38 000\$00).

Os números acima citados individualizam Monte Gordo como um centro turístico, com desenvolvido equipamento de recepção, mas os valores insignificantes do comércio reta-

(49) Os dados referem-se a 1972, com excepção dos da Fuzeta que são de 1973.

lista indicam que não houve total aproveitamento da procura da população residente e flutuante. Compare-se ainda com a Fuzeta, aglomerado marítimo que em 1960 reunia uma população apenas com mais quinhentas pessoas residentes e onde se não faz sentir o afluxo de turistas mas que sempre se orientou para pescas ricas, como o foi outrora a do bacalhau e como o é hoje a da pescada (50): a ordem de grandeza dos respectivos rendimentos colectáveis é pois a mesma (inferior a 100 000\$00), muito embora a população presente em Monte Gordo no mês de Agosto triplique a residente.

*O equipamento comercial de base.*— A mediocridade do equipamento comercial de Monte Gordo é uma herança antiga, resultante de vários factores, como o baixo nível de rendimentos da população, a proximidade de Vila Real, a facilidade de deslocação entre os dois centros, e, sobretudo, o facto de uma larga parte da população activa trabalhar na vila. Esta oferece, sem dúvida, maior possibilidade de escolha e melhor preço para igual nível de qualidade dos artigos. Além disso foi sempre mais fácil conseguir crédito junto dos seus comerciantes do que junto dos de Monte Gordo, pela garantia que aqueles esperavam dos patrões dos seus clientes mas, sobretudo, porque frequentemente eram eles próprios os patrões, pois a maioria das fábricas de conservas filiam-se no comércio urbano e portuário de Vila Real e a pesca industrial da sardinha foi muitas vezes desenvolvida pelas mesmas empresas. Em Monte Gordo se fazia uma parte das compras correntes: o seu equipamento reduzia-se pois a tabernas, mercearias e modestos estabelecimentos polivalentes onde se vendem desde os artigos alimentares, nomeadamente as hortaliças e frutas da estação, aos de droguaria e às louças; faltam mesmo por completo as lojas de artigos de pesca, apesar de viverem aqui e trabalharem na praia e no mar vizinho muitos pescadores artesanais. Acresce ainda o facto de as migrações estacionais afastarem de Monte Gordo muitos consumidores e suscitarem

(50) CARLOS M. G. RAMOS DE OLIVEIRA, *Fuzeta, Uma Abordagem Antropológica*. Dissertação de licenciatura (policopiada), I. S. C. S. P. U., Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1971.

compras valiosas em Espanha e Marrocos. Estas prolongam as tradicionalmente feitas em Aiamonte: aqui se comprava quase todo o pão consumido na aldeia <sup>(51)</sup> e se compram hoje artigos de alimentação, uma parte do vestuário e a perfumaria popular.

Por outro lado, o veraneio tradicional também não estimulava o comércio: a clientela regional abastecia-se para a temporada em artigos de mercearia nos habituais estabelecimentos urbanos; os alentejanos faziam-se acompanhar em larga medida das suas próprias produções (pão, batatas, cereais e legumes, queijos, carnes e enchidos, azeite e vinho), já que muitos eram proprietários rurais, a que juntavam artigos de mercearia, comprados na terra por atacado, de tal forma que, não raras vezes, vendiam os excedentes aos lojistas de Monte Gordo e aos empresários da Pensão Espanhola. Assim, na localidade, o veraneio somente fez apelo a produtos frescos (frutas, hortaliças, peixe, algum pão e leite), pelo que permaneceu insignificante o equipamento comercial a ele ligado directamente (e portanto sazonal), de que destacamos, além do Casino e da Pensão Espanhola, os talhos, dois cafés e um estabelecimento misto, dum espanhol, onde se vendiam artigos diversos, nomeadamente de vestuário e de calçado, importados do país vizinho.

*A insuficiente exploração das novas potencialidades comerciais.* — Durante os anos sessenta verificou-se uma melhoria sensível das condições económicas da população residente em Monte Gordo (pelos ganhos da pesca do biqueirão, pela valorização das capturas da pesca artesanal e da conquinha, pelos

<sup>(51)</sup> Nos princípios deste século, as padeiras, de profissão não oficialmente declarada, partiam de manhã cedo para a cidade de Aiamonte e regressavam trazendo o pão que aí tinham entretanto fabricado. Como cada pessoa vinda de Espanha não podia desembarcar em Portugal com mais de cinco pães sem pagar direitos, aquelas faziam-se acompanhar de garotos e por eles distribuían os pães. Este pão era considerado bom e mais barato porque o preço da farinha em Aiamonte regulava por metade do registado em Portugal (Fr. XAVIER D'ATHAÍDE OLIVEIRA, obra cit., p. 187). Ainda no último após-guerra apenas funcionava em Monte Gordo um pequeno forno, onde se fabricava pão de segunda qualidade; durante o Inverno comprava-se uma parte do pão em Vila Real e no Verão os padeiros desta vila faziam a venda ambulante em Monte Gordo.

novos empregos ligados ao veraneio e pelos aluguéis das casas). Simultaneamente, desenvolveu-se e diversificou-se o afluxo de turistas das classes médias e abastadas. A expansão do equipamento comercial da aldeia não respondeu completamente à nova dimensão da procura, já que continuam a jogar as polarizações antigas e surgem outras. Assim, a população permanente de Monte Gordo faz ainda quase todas as suas compras em Vila Real, designadamente as de mobiliário e electrodomésticos, em que emprega todos os anos uma larga percentagem das rendas recebidas.

No que respeita à população turística, importa destacar a complexidade das incidências locais e regionais da sua procura comercial, em relação com o tipo de alojamento. A clientela das residências secundárias e do parque de campismo faz a maior parte das despesas em Vila Real, pois a distância vence-se em poucos minutos e por pouco dinheiro, quer disponha de automóvel, quer utilize as camionetas. Aí se compram artigos de mercearia de qualidade ou as «recordações de férias»; aí se consomem algumas horas de ócio, olhando as montras, perguntando preços ou observando os passantes a partir das esplanadas dos cafés, etc. Pela sua grande mobilidade constitui também bom cliente do equipamento comercial de Tavira e de Aiamonte: na cidade algarvia procuram-se produtos alimentares que escasseiam em Monte Gordo e Vila Real; na espanhola compram-se peças de vestuário corrente e de praia, artigos de perfumaria e tudo o que a diferença de preços comumente atrai os portugueses de visita a Espanha <sup>(52)</sup>. Em Monte Gordo efectua-se, porém, a maior parte das compras necessárias à alimentação diária (sobretudo no *mercado*) e frequentam-se os restaurantes, cafés e pastelarias.

Ao equipamento daqueles outros centros dirige-se também a população atraída de fora pela hotelaria, quer viva em Monte Gordo quer em Vila Real. O seu nível de remuneração é no geral muito elevado, e na região constitui uma classe de novos ricos, de elevados gastos, pelas disponibilidades

<sup>(52)</sup> Vide *A região de fronteira do Rio Minho* (relatora: Carminda Cavaco), relatório n.º 1 do Projecto de Estudos de Geografia Humana e Regional (policopiado), Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1973, cap. VI.



financeiras e pelo estilo de vida: assim, sendo bons clientes do equipamento comercial de melhor nível dos centros urbanos do Algarve Oriental e de Aiamonte, são-no também dos de Faro, Huelva, Sevilha e Lisboa.

Por sua vez, a clientela dos hotéis, sobretudo a estrangeira, apenas sustenta directamente a actividade dos restaurantes, bares, cafés, salões de chá e estabelecimentos de venda de jornais, artigos de perfumaria e farmácia e objectos de recordação das suas estadas no Algarve (nomeadamente artigos de artesanato e garrafas de vinho do Porto), tanto de Monte Gordo como de Vila Real. A análise das incidências comerciais da sua presença tem pois de ser completada pela dos circuitos de abastecimento em artigos alimentares dos hotéis. Extremamente diversificados, estes escapam quase por completo a Monte Gordo (em oposição aos dos pequenos restaurantes e pensões) embora interessem à região. Assim, as compras de peixe não se fazem no povoado, pela incerteza da qualidade e da quantidade da oferta, mas têm lugar (uma a duas vezes por semana) nas lotas de Vila Real, Tavira e Olhão, sendo o peixe conservado nas suas próprias instalações frigoríficas e nas de empresas especializadas (como a Frigarve). A carne, que durante o Verão é sempre escassa em Monte Gordo e Vila Real, é fornecida habitualmente pelos carneiros de Castro Marim e Tavira, por vezes pela Abastal (Portimão) e, no caso do conjunto Vasco da Gama-Caravelas, pela Quinta do Marco (situada na Caiana, da freguesia de Cacela), exploração agropecuária que é pertença dum dos empresários. O leite é fornecido pela Cooperativa Regional, que completa as suas ofertas estivais com transferências realizadas no âmbito da União das Cooperativas do Algarve e com importações da região do Centro Litoral. O Sotavento fornece, por outro lado, hortaliças, frutas e flores; e os grossistas de Vila Real, Faro e Loulé produtos de mercearia e bebidas. A acção destes é completada pelos circuitos de distribuição de empresas produtoras — de que são exemplos as cooperativas vitícolas de Tavira, Lagoa e Vidigueira e as empresas de lacticínios de Vale de Cambra — e de armazénistas de Lisboa que exploram o mercado, volumoso e de qualidade, da hotelaria algarvia. Além disso, as maiores empresas enviam uma ou várias vezes por semana as suas

carrinhas-automóveis aos mercados abastecedores da capital, onde as carregam com carnes, legumes, frutas e algumas flores, embora estas sejam mais caras e menos frescas do que as compradas na região; completam-lhes as cargas com artigos de mercearia de luxo.

Embora o Sotavento algarvio seja desde há muito uma das principais regiões fornecedoras dos mercados lisboetas de frutas e hortaliças, não se afirmou ainda o abastecimento regional da hotelaria e muito menos as compras directas aos produtores: quase todas têm, pois, lugar nos mercados por grosso, que funcionam (algumas vezes por semana e sempre de madrugada) junto das praças urbanas. Pelo contrário, os proprietários dos restaurantes submetem-se frequentemente à oferta dos retalhistas.

Vários factos explicam tal situação:

pequeno consumo de frutas do pomar de sequeiro algarvio, de que não faz excepção o figo;

orientação tradicional dos horticultores, especializados no cultivo dum número restrito de primores, para o mercado lisboeta;

elevado custo de produção de hortaliças delicadas, durante o Estio, que é bastante quente e seco;

desconhecimento do cultivo de artigos necessários à decoração dos pratos;

insuficiente dimensão da procura regional de primores muito valiosos;

inexistência no Algarve de um grande mercado abastecedor, lugar de convergência de correntes de produções extra-regionais, a compensar com outras de sentido inverso.

A dependência do exterior continua pois a verificar-se no abastecimento de frutos, muito embora tenham sido recentemente plantados no Sotavento excelentes pomares de peras, maçãs, pêssegos, citrinos e vinhas para produção de uva de mesa e se repitam anualmente plantações muito cuidadas de melões e morangos. Essa dependência não é menos marcada no abastecimento de hortaliças: ao mercado de Vila Real convergem no Inverno e na Primavera pequenas quantidades de primores, como o tomate, o pimento e o feijão verde (muitas vezes as de pior aparência ou demasiado amadurecidas) e de espécies exóticas (espargos, alcachofras e berin-

gelas) que foram introduzidas recentemente nas Hortas ou que são trazidas de Aiamonte pelas candongueiras, e durante todo o ano outras não suficientemente volumosas e diversificadas de hortaliças correntes; no Verão, quando é muito maior a procura, é notável a falta de hortaliças, pelo que nos restaurantes escasseiam as saladas e são limitadas ao tomate, quase sempre importado da região de Lisboa.

#### VARIAÇÕES ESTACIONAIS DO COMÉRCIO

Deste balanço geral sobressai o pouco significado da clientela da hotelaria no comércio de artigos alimentares de Monte Gordo. Também uma parte da população flutuante das residências secundárias e do parque de campismo faz incidir a sua procura fora da aldeia: os estabelecimentos de mercearia desta apresentam, no entanto, grandes amplitudes de variação mensal do valor das vendas, no geral sensivelmente superiores às de Vila Real (fig. 15 e 16). As curvas correspondentes a outros ramos de comércio — tradicionais ou modernos — apresentam perfis do mesmo tipo, muito embora na sensibilidade dos estabelecimentos ao afluxo de turistas conte, por um lado, o ramo e, por outro, a sua situação no espaço, central ou marginal aos sectores da aldeia mais procurados pelas famílias veraneantes e por este ou aquele tipo de classe sócio-económica; nenhum ramo nem nenhum estabelecimento parece escapar à procura estival, nem mesmo os que registam um insignificante movimento anual de vendas (fig. 16); os estabelecimentos mais especializados fecham no Inverno (bar, *boîte*, loja de antiguidades).

*O equipamento comercial do Sertão.* — No Sertão, que é quase um arrabalde residencial de Monte Gordo, o equipamento limita-se a duas ou três mercearias, outras tantas tabernas, uma padaria e um lugar de distribuição de bilhas de gás; os estabelecimentos situam-se preferencialmente na periferia oriental e de sul, ou seja, próximo das ruas por onde circulam as camiões que asseguram o abastecimento dos comerciantes. Os marítimos compram pouco e poucas coisas na aldeia: arroz, azeite, açúcar, café, vinho, pão, batatas, combustível... e nos períodos de abundância, quando

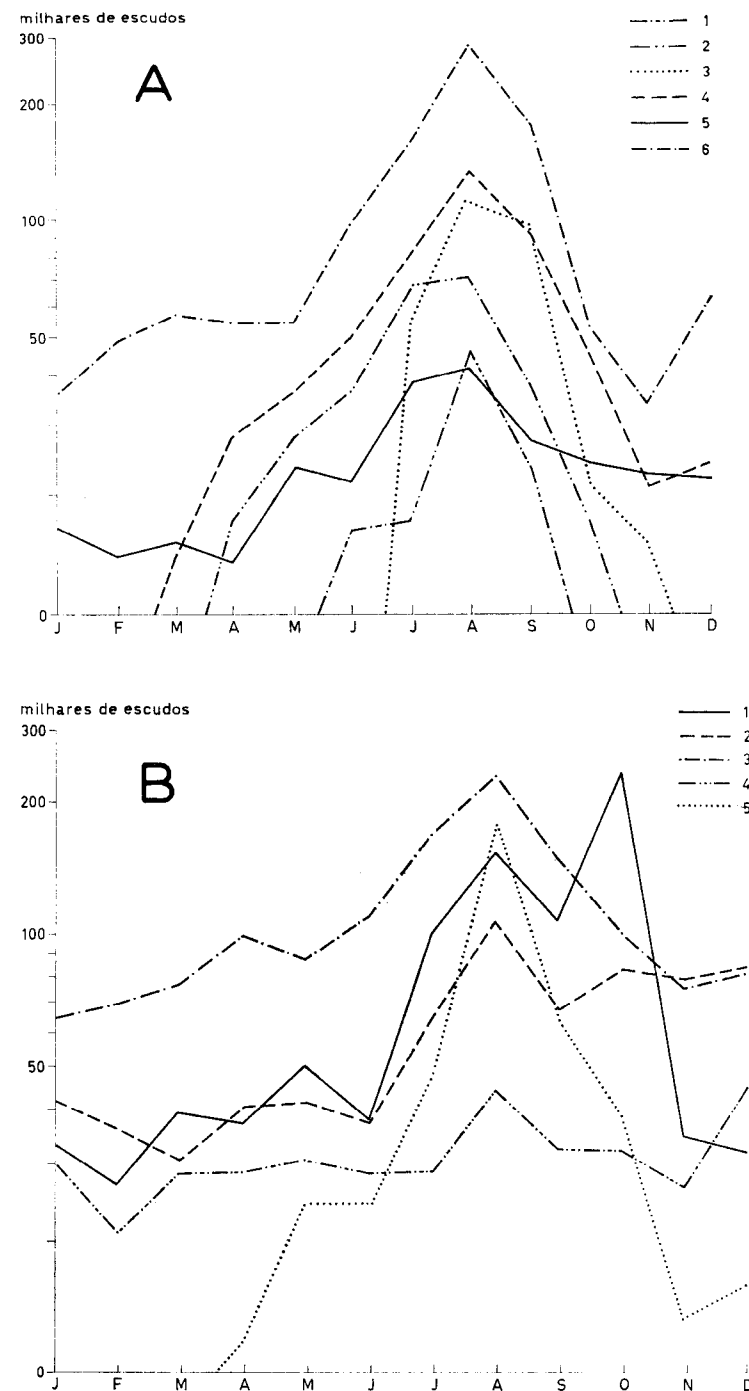


Fig. 15 — Valores mensais das vendas de vários estabelecimentos comerciais, em 1969. A, de Monte Gordo: 1, restaurante; 2, café; 3, pensão; 4 e 5, mercearia; 6, farmácia. B, de Vila Real: 1, venda de café em grão; 2, tecidos, confecções e artigos de artesanato; 3, restaurante; 4, mercearia; 5, louças, vidros, talheres e artigos de artesanato.

os preços descem bastante, favas e ervilhas verdes. Uma parte destas compras beneficia todavia os estabelecimentos situados nas ruas alcatroadas da periferia oriental, onde interferem com as da população flutuante. Sugerem-no os máximos estivais dos valores das vendas, embora o Verão seja também o período de maior volume das compras dos

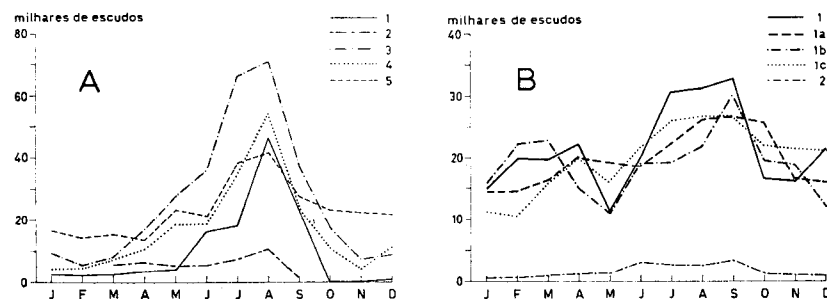


Fig. 16 — Valores mensais das vendas de modestos estabelecimentos comerciais de Monte Gordo. A, 1969: 1, restaurante; 2, bar; 3, café; 4 e 5, mercearia. B, 1, bar-taberna: 1, em 1969; 1a, em 1968; 1b, em 1967; 1c, em 1966; 2, cabeleireira (1969).

marítimos e das operárias, pela maior regularidade dos ganhos. Sirva de exemplo a taberna (<sup>53</sup>), transformada em bar, que se situa no cruzamento da rua João da Nova com a Dinis Fernandes (fig. 13 e 16): as curvas correspondentes a quatro anos sucessivos — de 1966 a 1969 — evidenciam aumento de vendas na época do Carnaval e da Páscoa, em relação com a clientela presente mas não residente e, sobretudo, com a de excursões; há mínimos acentuados em Maio, quando faltam os forasteiros; e máximos estivais, mas de valores variáveis, em relação com o poder de compra de bebidas caras dos turistas estrangeiros, nomeadamente dos ingleses; as irregularidades das vendas outonais respondem às da pesca da sardinha e

(<sup>53</sup>) Aberta há cerca de vinte anos por iniciativa dum filho de um pequeno merceeiro instalado na Praça Central de Monte Gordo, após ter amealhado um pequeno pé-de-meia como encarregado estacional da escrita do armazém duma fábrica de conservas de atum de Kenitra e como empregado de balcão no Casino de Monte Gordo.

traduzem directamente as disponibilidades financeiras dos marítimos para a compra de vinhos e aguardentes (<sup>54</sup>).

*O equipamento comercial da área central.* — Acompanhando a criação do parque de campismo e, posteriormente, a construção de grandes hotéis, surgiram algumas iniciativas de abertura de novas casas comerciais (apesar do preço muito elevado dos arrendamentos) e de remodelação das existentes, nomeadamente no caso de tabernas, que são substituídas por bares, cafés e restaurantes. Aquelas têm origens muito diversas: sucursais de empresas de Lisboa (como foram os estabelecimentos de venda de enchidos e frangos assados e a *boîte*) ou de Vila Real (cabeleireiros, tabacaria); iniciativas de empresários e empregados da hotelaria, de que são exemplos as casas de antiguidades, artigos regionais, tabacaria, pastelaria e salão de chá, e de confecções populares; iniciativas de estrangeiros no caso dum bar. Os estabelecimentos situaram-se, sempre que foi possível, no sector mais meridional da rua principal, que inclui o Largo, ao lado dos serviços de correio e bancários e dos de concentração e convívio dos turistas, do tipo das cervejarias e cafés. Alguns outros ocupam as lojas do mercado ou as que se abriram na frente marítima ou na rua que lhe fica por detrás, nomeadamente os bares e restaurantes; estes últimos integram-se na exploração de pensões que possuem um pequeno número de quartos (Madalena e Pró-Mar). Por outro lado, muitos destes estabelecimentos funcionam apenas durante a estação turística (loja de antiguidades, salão de chá, casa de frangos assados, *boîte*, bar e cabeleireiros), à semelhança dos restaurantes e bares da praia, e não raras vezes têm vida curta, talvez pela incidência das rendas elevadas a que a exploração está sujeita.

(<sup>54</sup>) Note-se que nas ruas próximas ainda habitam alguns marítimos, muitos dos quais alugam as próprias casas e os quartos, mais dificilmente e por mais baixo preço quando não têm casa de banho: em menos de vinte anos o valor do aluguer mensal dum quarto subiu de 100\$00 para 1000\$00 mas nas casas sem casa de banho não ultrapassa normalmente os 500\$00.

## REMATE

Monte Gordo insere-se num rosário de povoações, de dimensões muito diversas, que sublinha o litoral algarvio (fig. 17). A génese destas está ligada à pesca, à indústria de conservas de peixe e ao comércio marítimo. A sua história associa-se à das várias artes de pesca artesanal e costeira e à da concentração das principais actividades piscatórias, industriais e comerciais nos portos mais acessíveis. Assim, nas baías abertas somente se mantiveram até hoje artes de pesca pouco produtivas, que sustentam um quase insignificante comércio de peixe, e a apanha de mariscos. Como estas actividades se revelaram incapazes de sustentarem a população residente, desenvolveram-se migrações de trabalho para centros activos de pesca e de conservas, próximos e distantes: Vila Real criou os seus satélites dormitórios, tal como Olhão, Portimão e Lagos; as empresas do Sul de Espanha e do Norte de África estenderam o seu apelo de mão-de-obra ao Sotavento algarvio; todo o litoral sul respondeu à oferta de trabalho de armadores de Lisboa, Angola, América do Norte e, por último, dos países costeiros do Mar do Norte.

Simultaneamente afirmou-se o veraneio balnear, tanto entre as classes abastadas como entre as de modestos recursos, urbanas e rurais, pois os banhos de mar eram a um tempo uma actividade recreativa e uma importante medida profilática e terapêutica. Elegem-se os sítios que oferecem areia fina, mar calmo, fundos arenosos, facilidades de alojamento e algumas infra-estruturas, vale dizer, as praias mais propícias ao exercício da pesca com xávegas e armações e as aldeias dos pescadores. Os banhistas mais afortunados mandam construir aí as suas residências secundárias; os restantes compartilham as casas da gente do mar. A evolução espontânea conduziu, nomeadamente através do crescente afluxo pelo caminho-de-ferro e pelas estradas, a um rosário de centros de veraneio que polarizam todo o Algarve, o Sul do Alentejo e, até aos anos trinta, também a Andaluzia. A partir de 1960 foram acelerados os seus ritmos de desenvolvimento, em resposta à procura internacional e por efeito de iniciativas de promoção turística, quase sempre de filiação extra-regional e não raras vezes bancária. Dos resultados salientam-se: a

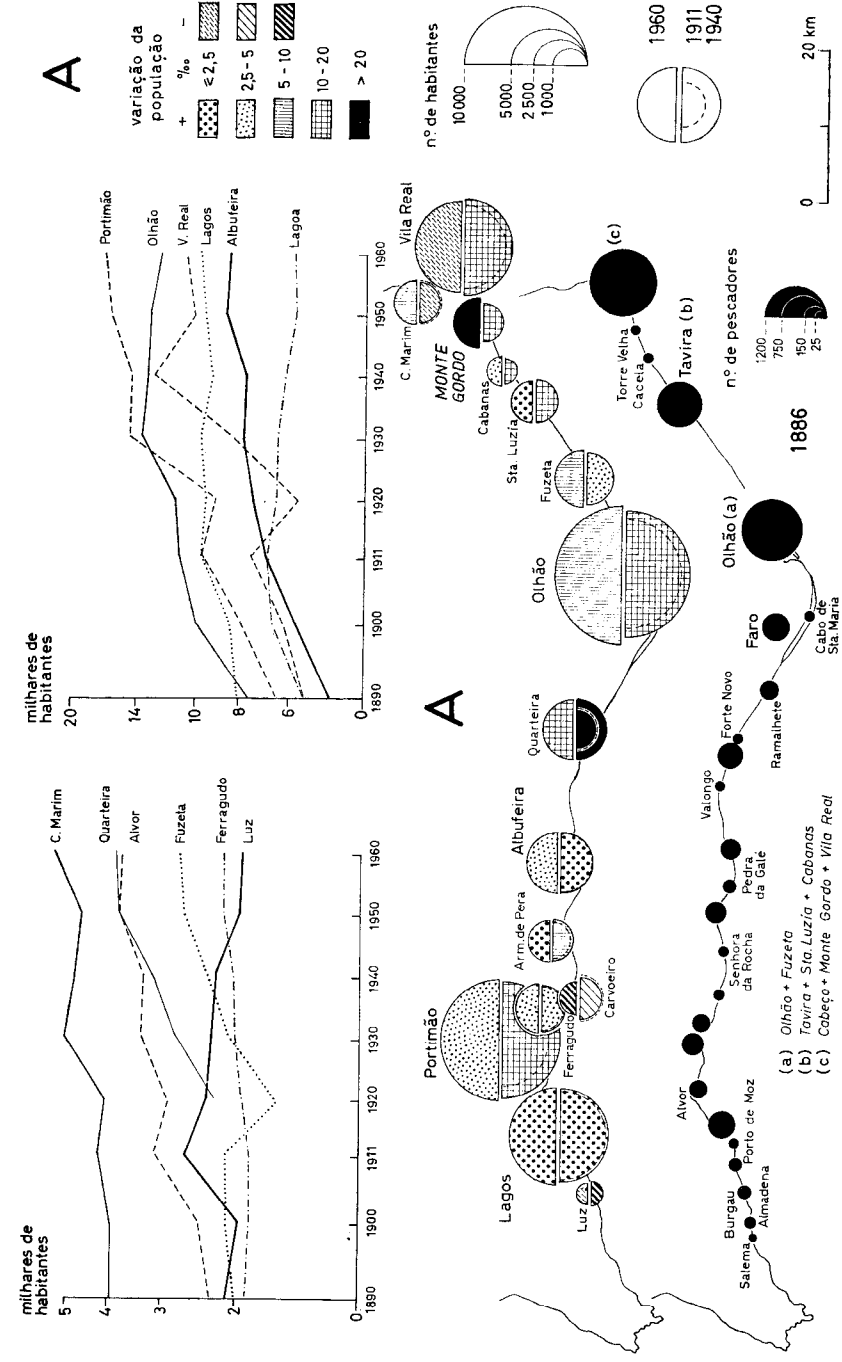


Fig. 17 — Monte Gordo, no rosário de aglomerações do litoral algarvio cuja população se desenvolveu em função da pesca e da indústria de conservas. Em A exprimiem-se a variação média anual da população nos referidos intervalos intercensitários. Em cima, as curvas exprimem a evolução da população das freguesias onde se situam aqueles núcleos.

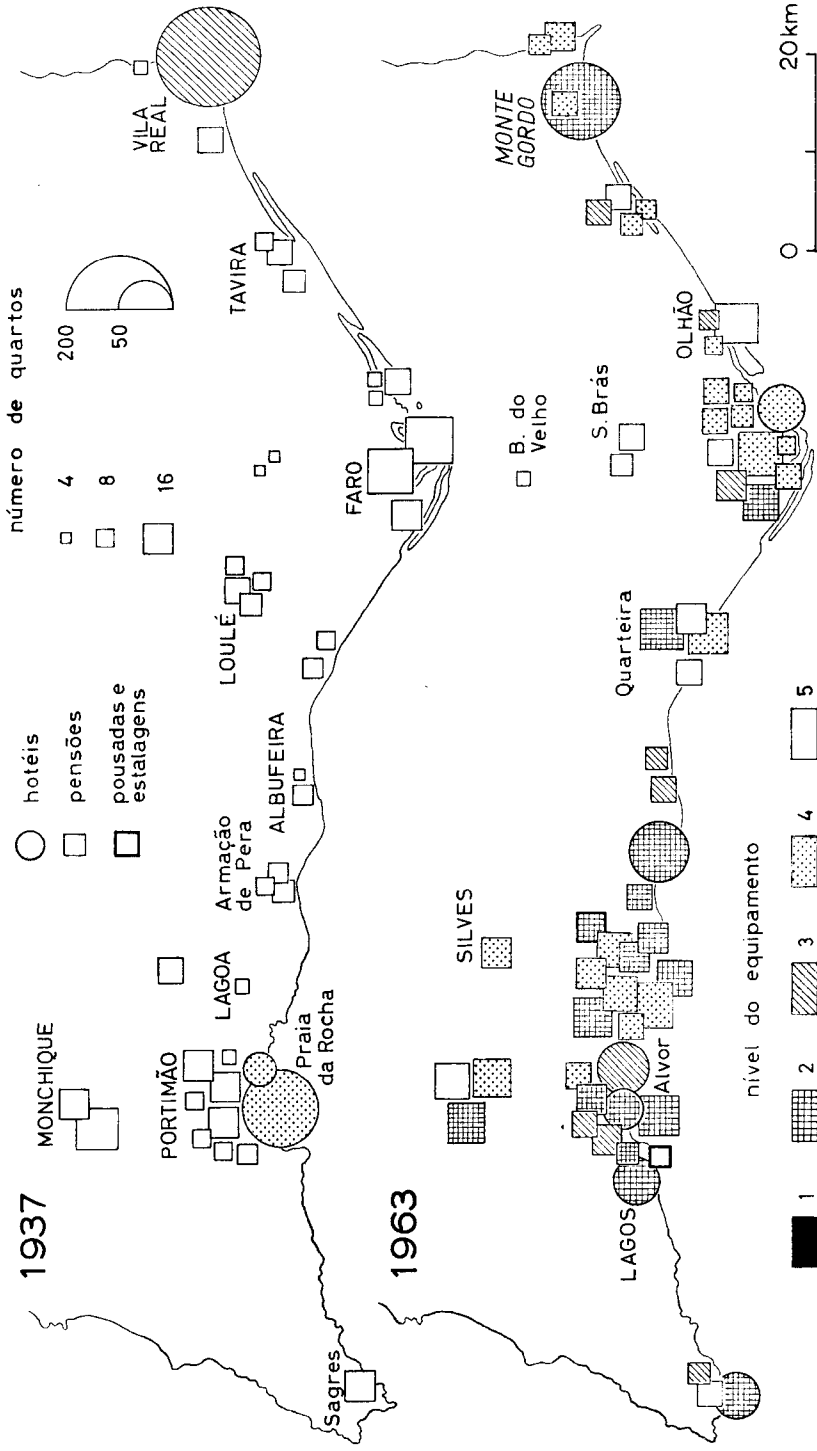


Fig. 18 — Monte Gordo, no conjunto dos aglomerados de verão do litoral algarvio, em 1937 e 1963. (Colaboraram neste mapa M. Fernanda Alegria e M. Manuela S. Silva).

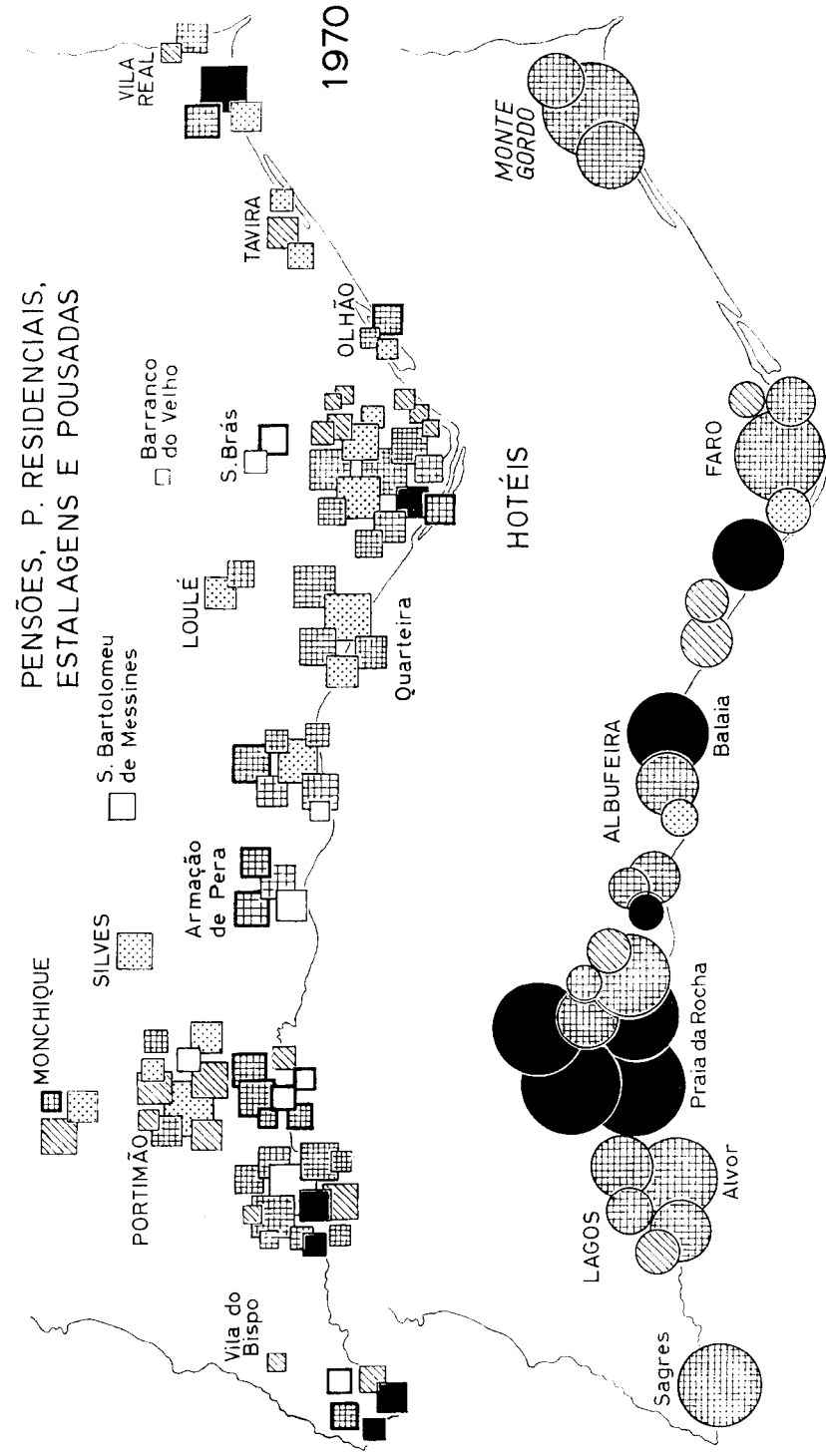


Fig. 19 — O equipamento hoteleiro de Monte Gordo, em comparação com o dos outros centros de verão do litoral do Algarve, em 1970. (Colaboraram neste mapa M. Fernanda Alegria e M. Manuela S. Silva).

expansão da capacidade receptiva, oferecida por pensões mas sobretudo por pousadas, estalagens e hotéis de grande nível (fig. 18 e 19); a disseminação, pelo litoral ainda não urbanizado, de algumas destas unidades; a dispersão, por vezes densa, de numerosas residências secundárias; a criação, em bloco, de aldeias turísticas, etc.

Monte Gordo constitui, pois, um excelente exemplo desta evolução geral. Surgiu e desenvolveu-se primeiramente, embora com irregularidade, em função da pesca de sardinha com xávegas, que decaiu pela concorrência dos cercos. Ocasionalmente a sua praia foi também base de uma armação de atum e de algumas outras de sardinha. A pesca artesanal perpetuou-se com os tresmalhos, como complemento episódico dos ganhos da grande pesca da sardinha ou actividade das épocas mortas e dos pescadores doentes e idosos, tal como aliás a apanha de conquilha. A concentração em Vila Real da pesca dos cercos, a que sucederam as traineiras, e da moderna indústria de conservas de peixe converteu Monte Gordo num dos satélites dormitórios daquela vila. Entretanto, uma parte da sua população activa migrava todos os anos para o Sul de Espanha e para o Norte de África, onde trabalhava na pesca (cercos e armações de atum) e nas unidades conserveiras. Mas, por outro lado, no final do século XIX a sua praia começou a ser procurada no Verão por famílias de Vila Real, a que se juntaram em breve outras de todo o Algarve oriental, Alentejo interior e Andaluzia. O afluxo estival desenvolveu-se progressivamente, e com ele a construção de prédios, que umas vezes se justapôs à desencadeada pelo crescimento da população local e outras empurrou esta para o sector de poente. 1960 é também um marco importante na sua história. A redução da frota de traineiras de Vila Real e o desaparecimento das migrações para Marrocos contribuíram para aumentar o desemprego entre os pescadores de Monte Gordo, alguns dos quais migraram para os portos do noroeste português ou activaram a pesca artesanal, sobretudo à medida que se acentuava a valorização das espécies habitualmente capturadas. A história recente de Monte Gordo é, contudo, também ela resultado do grande turismo internacional e do turismo das classes abastadas das principais cidades portuguesas, em parte suscitado pela fama conquis-

tada através daquele. A criação do parque de campismo e a construção do Hotel Vasco da Gama são os dois marcos iniciais. Depois, aumentaram as unidades hoteleiras, construíram-se vivendas no sector oriental da aglomeração, venderam-se a forasteiros as casas da zona central e multiplicaram-se as casas, cabanas e barracas clandestinas no Sertão. A população presente diversificou-se, pela fixação de imigrantes activos do turismo e de famílias abastadas de Vila Real. Surgiram novos estabelecimentos comerciais, em resposta à procura da população presente e em férias. Porém, pela proximidade de Vila Real e pela concorrência do seu equipamento comercial, hipertrofiado nos ramos onde incide a maior procura de espanhóis, muitos dos quais são também os que mais importam aos turistas de Monte Gordo, este centro oferece hoje um equipamento terciário muito inferior ao necessário à sua população flutuante. Perpetua-se assim a dependência tradicional de Vila Real, criada pelo emprego da população activa e pelas compras a crédito, correntes e ocasionais. Se esta dependência de Vila Real torna Monte Gordo, até certo ponto, original entre as aglomerações do litoral algarvio dinamizadas pelo turismo moderno, não é menos importante o facto de, pela situação entre matas do Estado, não ter havido ritmos de construção espectaculares nem se terem criado grandes conjuntos residenciais. As tentativas de construção de aldeias turísticas situam-se para lá da mata (Monte Fino, na Aldeia Nova) e no sopé do Cabeço, mas são modestas quando se comparam, por exemplo, com as da região de Tavira — Pedras d'El Rei I e II, respectivamente na vizinhança das Cabanas e de Santa Luzia. Pelo contrário, o aluguer de terrenos florestados permitiu a implantação de grandes parques de campismo (o de Monte Gordo, junto da aldeia e o da Orbitur, no Cabeço), que faltam no sector do litoral algarvio a poente de Quarteira, de maior renome turístico.

## RÉSUMÉ

*Monte Gordo, village de pêcheurs et centre touristique.* À l'origine Monte Gordo était une colonie de pêcheurs catalans et levantins qui, au XVIII<sup>ème</sup> siècle, arrivait saisonnièrement à la plage avec barques et filets (*xávegas*). Cette pêche se faisait, le long de la côte à partir de la plage où les câbles et les filets étaient tirés à la main; la pêche était vidée du sac à même la plage. Le grand marché des sardines était l'Espagne et de ce fait le poisson était conduit à Aiamonte ou conservé dans le sel à Monte Gordo et expédié par voie maritime en direction des ports espagnols de la côte Méditerranéenne.

La pêche et la vente de la sardine échappèrent donc facilement aux paiements des droits dus à la couronne portugaise. Vers 1750, ces activités (pêche et commerce) en plein essor ne sont pas sensibles dans les revenus royaux. C'est pour cette raison que le Marquis de Pombal, à l'apogée de sa carrière (soit le troisième quart du XVIII<sup>ème</sup> siècle), essaya de constituer d'importantes sociétés capitalistes portugaises chargées du développement de cette pêche régionale. De plus, il ordonna l'abandon de la plage et la fixation de la population dans une ville nouvelle qu'il fit bâtir sur la rive droite de l'embouchure du Guadiana et qu'il dota d'une douane (Vila Real). Les pêcheurs espagnols partirent. Les entreprises portugaises, constituées par les capitalistes du Nord qui répondirent à l'appel du Marquis, ne sûrent pas conquérir le marché du Minho que la nouvelle politique douanière leur offrait et en peu de temps l'accumulation de déficits les poussa à la faillite.

Dans l'entretemps, les Cabanes de Monte Gordo ont été brûlées et l'agglomération ancienne disparut. Au début du siècle suivant, le choix du lieu d'habitation étant redevenu libre, quelques pêcheurs portugais commencèrent à se fixer là de nouveau. La plupart d'entre eux avaient émigré antérieurement vers Isla Cristina avec leurs patrons espagnols qui leur avaient offert du travail dans leurs équipages et dans le traitement du poisson. La croissance du village se fit graduellement durant le XIX<sup>ème</sup> par afflux de pêcheurs de l'Algarve Oriental (Sotavento) et par le retour des espagnols. Ils pêchaient toujours la sardine avec les *xávegas* et alimentaient le marché de Vila Real et les usines de salaison de cette même ville et de Aiamonte, étant donné que l'exportation du poisson frais était devenu libre. L'essor des conserveries modernes, dont Vila Real fut l'un des premiers centres à attirer des entreprises, quoiqu'il ait valorisé le poisson, bénéficia peu les pêcheurs de Monte Gordo qui subissaient la concurrence des techniques sardinières nouvelles beaucoup plus productives, bien que plus exigeantes en capital: madragues et surtout les filets tournants (transportés sur de grandes embarcations déjà motorisées — *galeões*) qui entouraient les bancs de poisson qui passaient au large de la côte.

La décadence des *xávegas* fut suivie d'une diversification professionnelle de ces pêcheurs. Ils trouvèrent de l'emploi sur les *galeões* et les madragues espagnols et marocains ou sur ceux de Vila Real ou encore dans la pêche artisanale de Monte Gordo (filets maillants, du

type des trémails) mais rarement dans les conserveries. Les femmes qui étaient presque sans occupation jusqu'en 1880, quand ouvrit la première conserverie moderne à Vila Real, constituèrent aussi une importante ressource de main d'œuvre pour cette industrie. Monte Gordo gravita vite économiquement autour de Vila Real et sa population dut subir les aléas de ses activités productives traditionnelles puisqu'elle n'a pas su profiter des autres industries qui entre-temps s'étaient créées, comme la construction navale, la ferblanterie mécanique, l'impression graphique et le polissage du marbre.

Durant les cent dernières années, l'évolution des techniques de pêche qui défavorisa les *xávegas* et le développement du tourisme d'été furent simultanés. Le tourisme fut d'abord pratiqué par la population de Vila Real sur les plages de la rive du Guadiana, mais très vite les classes aisées de Vila Real, de tout le «Sotavento», du Bas Alentejo et du Sud de l'Espagne élirent la plage de Monte Gordo.

Pendant toute la première moitié du XX<sup>ème</sup> siècle, le tourisme d'été familial s'est maintenu et développé avec toutefois une accélération plus poussée quand la région d'origine de la clientèle bénéficiait d'un développement économique, notamment durant les moments de grande valorisation des conserves de poissons et, vers 1930, dans la période de succès de la politique céréalière du gouvernement. Récemment, le tourisme de Monte Gordo a pris de l'expansion (un camp de camping, hôtels, résidences secondaires et appartements meublés), s'est diversifié quant au niveau social et aux lieux de résidence des touristes et surtout est devenu cosmopolite. De nos jours, le chiffre de population présente à Monte Gordo est bien supérieur à celui de la résidente. En même temps, cette dernière se diversifie par le départ des pêcheurs, par la fixation des familles aisées de Vila Real et celle des cadres de l'hôtellerie de Monte Gordo. Une telle évolution a comme expression la modernisation, l'expansion du village (avec une notable incidence sur le prix des terrains à bâtir et des vieux bâtiments) et un changement dans sa structure. Celui-ci s'accroît en direction de l'Est (en réponse directe aux exigences du tourisme d'été) et de l'Occident (par la migration de quelques familles de pêcheurs installées antérieurement dans le centre). L'ensemble des vieilles maisons commencent à se remodeler: les habitations basses sont substituées par des bâtiments à étages. L'équipement commercial aussi s'est développé de façon notable vers les années soixante, bien que le principal afflux de clientèle touristique échappe encore économiquement à l'agglomération. Le mouvement des ventes des établissements commerciaux de Vila Real accuse donc une demande estivale importante de la part des touristes de Monte Gordo. Cependant une partie de la clientèle touristique et les hôteliers essaient d'échapper à l'équipement de l'extrémité du Sotavento, notamment en ce qui concerne les produits alimentaires de première nécessité lesquels sont cherchés sur les marchés de Tavira, Olhão, Faro et Lisboa ou distribués par différents grossistes d'Algarve ou encore par les producteurs eux-mêmes.

Monte Gordo, par son évolution, ressemble à beaucoup d'autres centres du littoral de l'Algarve. Un chapelet le souligne. Il s'est développé

en fonction de la pêche et du tourisme, mais aussi par les conserveries, le commerce maritime, et les fonctions tertiaires notamment administratives.

#### SUMMARY

*Monte Gordo, a fisherman nucleus and a holiday centre.* Originally Monte Gordo was a colony of Catalan and Levantine fishermen who, each season, would reach these shores with their «*xavegas*» <sup>(1)</sup> to fish for sardines; naturally the market for fish was above all located in Spain, as a result of which the shipowners would sell them in Aiamonte, or preserve them in salt with the intention of selling them on returning to the port of departure.

Fishing and the marketing of sardines easily escaped payment of taxes owed to the Portuguese crown, and for this reason, during the golden age of the Marquês de Pombal, a period corresponding to the years 1750-75, this leader obliged the population to abandon the beaches and settle in the new small town, which he had had built at the mouth of the Guadiana and which possessed a customs post. The Spanish fisherman left. The Portuguese fishing enterprises, set up by the capitalists of the north, who responded to this call, were unable to capture the Minho market, which the new customs policy offered them, and soon the accumulation of losses led to their bankruptcy.

Meanwhile the concentration of huts in Monte Gordo had been burned and the old settlement had disappeared. So, already, by the following century, there began once more to settle some Portuguese fishermen, the majority of whom had, before, emigrated to Isla Cristina with the Spanish contractors who were offering them places among the fishing crew and in the treating of fish.

The growth of the settlement gradually developed in the course of the sixteenth century with the arrival of Spanish fishermen as well as fishermen from the Eastern Algarve, who fished for sardines with their *xávegas* and who, with their catch, supplied the market of Vila Real and the salt firms of this small town, and also Aiamonte, as the trade in fresh fish with Spain has been allowed by law. The rise of the modern canning industry, of which Vila Real was one of the first centres to appeal to the initiative of firms, though it increased the value of fish, did little to benefit the *xávega* fishermen of Monte Gordo, who had to face the competition of more productive skills — the *armações* <sup>(2)</sup>, *cercos* <sup>(3)</sup> and lastly the *traineiras* <sup>(4)</sup>.

With the decline of the *xávega* there followed the professional diversification of its fishing population, which found employment in

the *cercos* and *armações* and the Spanish and Marrocan coast, in the *cercos* and *traineiras* of Vila Real or in the skills of traditional fishing in Monte Gordo (trammel), but more rarely in the canning industry. At the same time, the women, virtually unemployed in 1880 (the year the first modern factory was set up in Vila Real) were an important source of labour for the canning industry of this centre. Monte Gordo came to gravitate around Vila Real and its population began to live off the successes and failures of its productive activities, since it was hardly linked to the other new industries, such as naval construction, mechanized tin works, graphic printing or the polishing of marble.

The evolution of fishing skills in the last one hundred years, which seriously affected the *xávegas*, was accompanied by the development of holidaymaking. Begun among the population of Vila Real, who favoured the beaches on the banks of the Guadiana, soon the well-to-do classes of Vila Real, the whole of the eastern Algarve, the Baixo Alentejo and the south of Spain chose the beach of Monte Gordo. Throughout the first fifty years of the twentieth century, this form of family holidaymaking was maintained and developed, though at a swifter rate whenever there was any economic development in the areas of origin of such a clientèle, namely in the periods when canned fish showed a marked increase in value, and while government policy of encouraging corn cultivation enjoyed its greatest successes (1930-1935). More recently, the tourism of Monte Gordo has expanded, together with its receptive capacity (camping sites, hotels, holiday villas and furnished flats), and it has become diversified as far as its social standard and places of origin are concerned. Nowadays, the population present in Monte Gordo is considerably greater than the resident population. However, the latter has become diversified through the departure of the fishing population and the settling of wealthy families from Vila Real and migrants coming from other regions in response to the appeal of the hotel industry. Such an evolution is illustrated by the modernization and expansion of housing zones with a remarkable incidence upon the prices of plots of land for new buildings, the prices of old blocks of flats and the structure of the centre, which has grown to the East (in direct response to holidaymaking), and to the west (Sertão), through migration of a number of families of seamen, formerly living in the central zone, and which is beginning to be remodelled, with the replacement of the one-floor house by the block of flats. Besides this, the commercial machine developed considerably in the 1960s, although the main impact of the tourist clientèle does not affect Monte Gordo. The annual range of circulation of sales in the commercial establishments of Vila Real bears witness to the high summer demand of tourists in Monte Gordo, as can be seen in the establishments of the tourist centre itself. However, one part of them is attempting to disassociate itself from the commercial machine of the extreme east of the Algarve, particularly in the case of food products which are sought after in the open market of Tavira, Olhão, Faro and Lisbon.

<sup>(1)</sup> *Xavega* — small net used near the coast and pulled in by men from the beach.

<sup>(2)</sup> *Armações* — a fixed net.

<sup>(3)</sup> *Cercos* — fishing equipment; the nets of which form a circle to catch the fish in; this equipment is used far from the shore; the larger craft (*galeão*) was steam-propelled.

<sup>(4)</sup> *Traineiras* — method of fishing identical to that of the *cercos*, but in which smaller craft and nets are employed; the boat is propelled by a diesel engine.

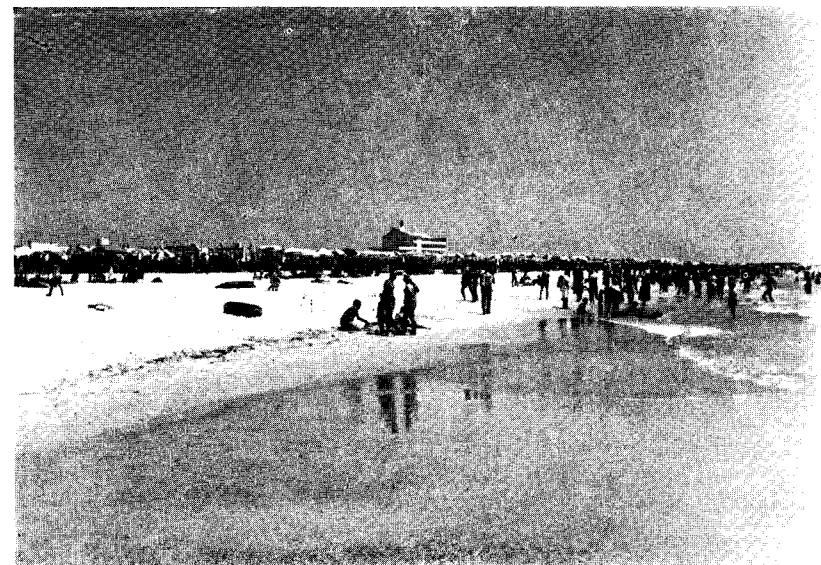


or distributed by different wholesalers from the Algarve or the producers themselves.

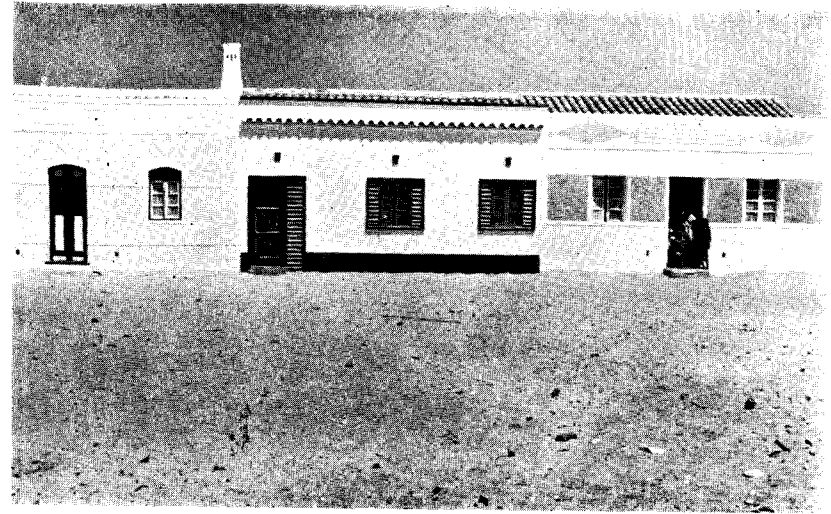
Monte Gordo is very similar to many other old small fishing villages along the Algarve coast affected by the concentration of the fishing industry and the fishing trade in the main ports, but which differs due to its proximity to an urban centre, which has turned it into one of its dormitory satellite centres, as well as the intensity of employment and commercial ties with Spain. As for its tourist development, its originality lies in the vast proportions of the old area of attraction. The existence of the lagoon of Faro and the marshes of South Andalusia has reduced the sectors of beach likely to attract hollidaymaking in favour of the beach of Monte Gordo. In its evolution since 1960, the state-owned woodland surrounding the settlement had a part to play, for as there was a shortage of building land, its price rose considerably and, as a consequence, urbanization was controlled.



EST. I, A — As barcas de pesca de Monte Gordo  
(fot. extraída de um bilhete postal).



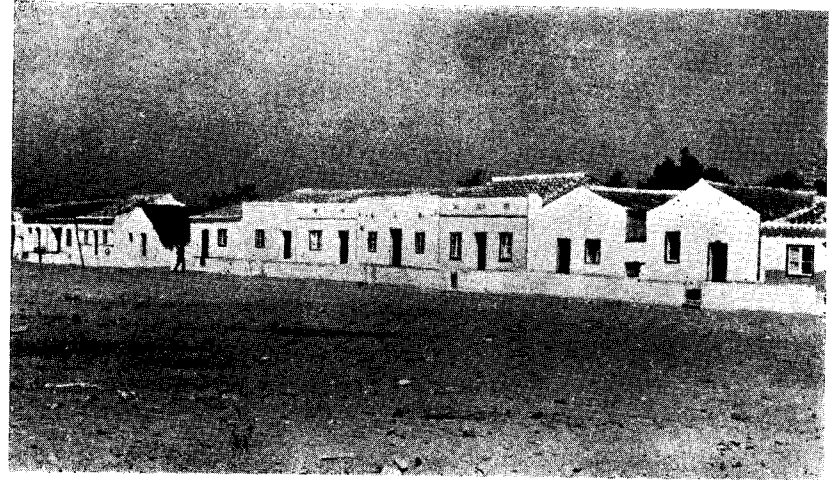
EST. I, B — A praia: ocupação densa no Verão; mar calmo;  
fundo arenoso de fraco declive. Ao fundo, o Hotel Vasco da  
Gama (fot. extraída de um bilhete postal).



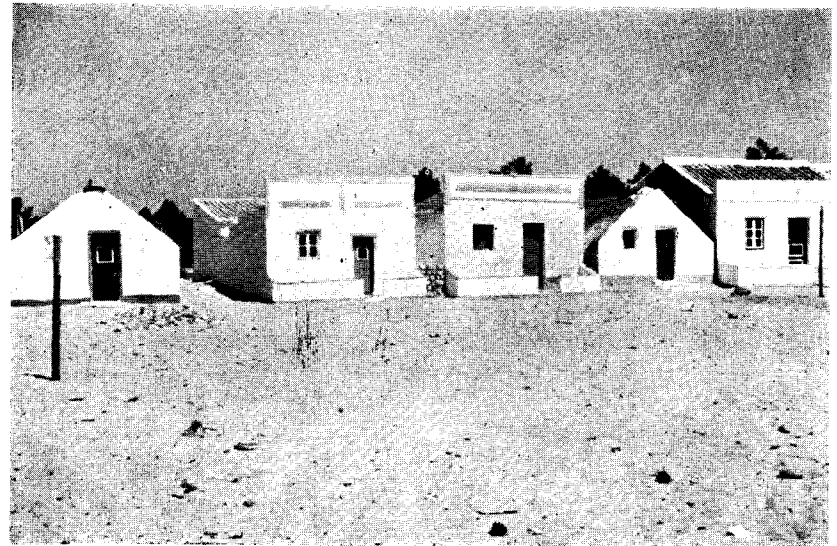
EST. II, A — Sertão: casas da margem ocidental, próximas de ruas alcatroadas, onde alguns banhistas se instalam estacionalmente; outros adquirem e remodelam casas antigas.



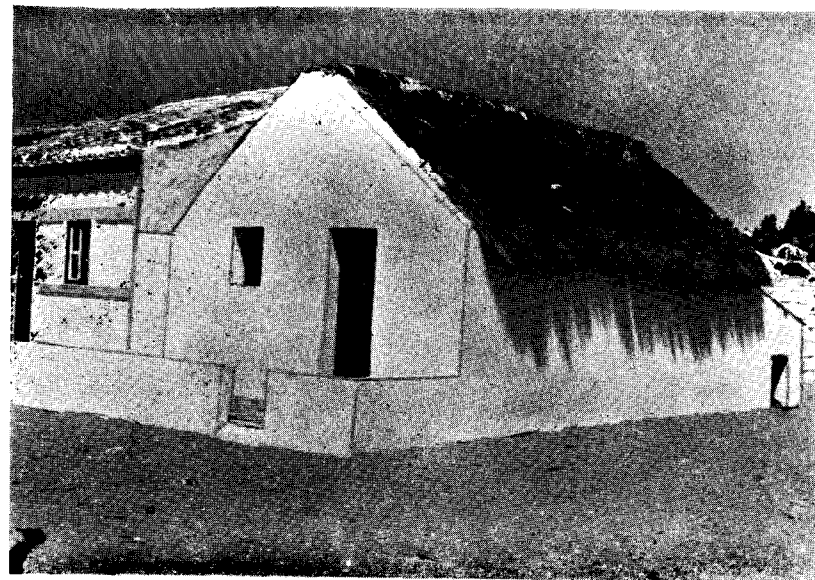
EST. II, B — Sertão: alinhamento do interior do bairro, constituído por casas das famílias residentes durante todo o ano; as frentes são acompanhadas de terraços, mas só nos melhores prédios estes são fechados por muros e portões.



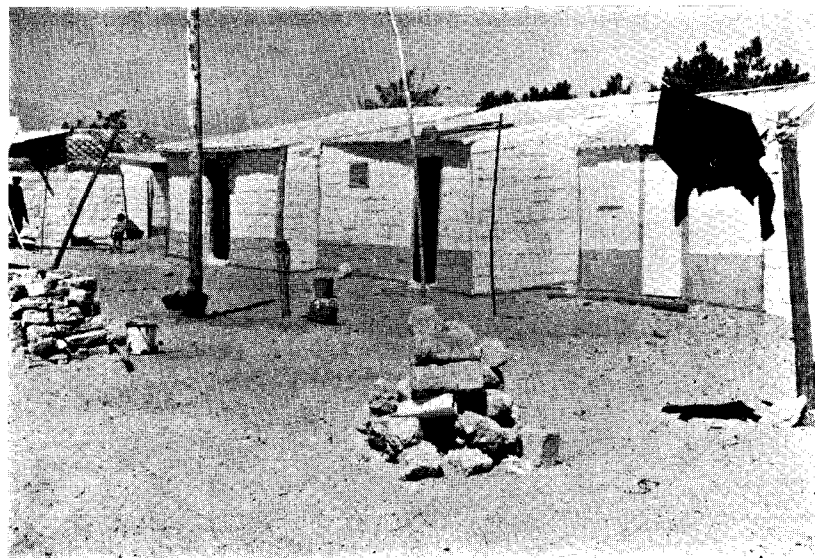
EST. III, A — Sertão: conjunto de casas da periferia, em contacto com o pinhal. Notem-se as fases de remodelação das antigas cabanas, primeiro pela construção das paredes de adobes, em seguida pela substituição da cobertura de colmo por telhado com telhas de canudo.



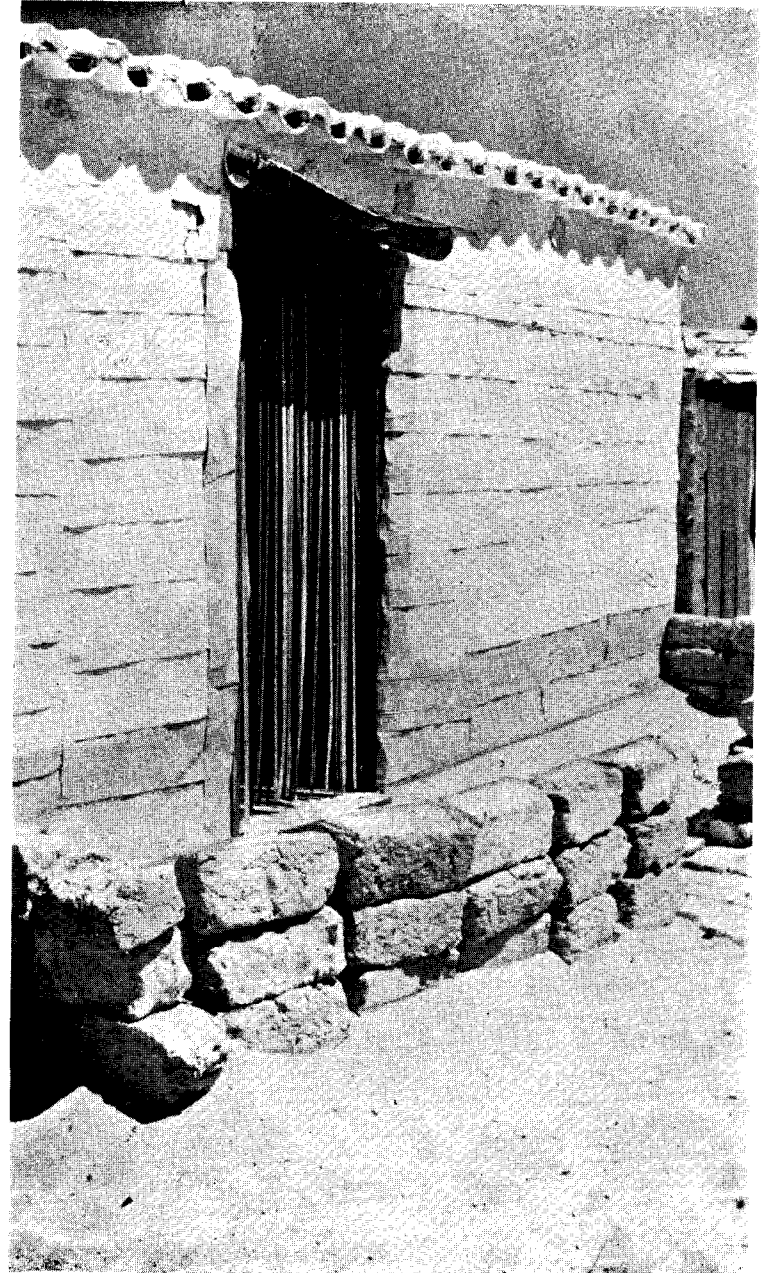
EST. III, B — Casas do extremo ocidental do Sertão, misturadas com cabanas cobertas de colmo; as frentes daquelas são acompanhadas dum terraço protegido por um peitoril, que impede a acumulação das areias junto das paredes.



EST. IV, A — Sertão: aspecto duma cabana.



EST. IV, B — Nos últimos dez anos, pela dificuldade de encontrar casas de aluguer a preços compatíveis com o nível económico da população residente, foi levantado um alinhamento clandestino de barracas de lata e madeira, junto do pinhal.



EST. V - Pormenores duma barraca: placa de adobes cimentados, que no interior foi coberta com mosaicos; telhado de telha de canudo; paredes de madeira, revestidas exteriormente de latas velhas, que aguardam oportunidade económica e distracção das autoridades fiscais para serem substituídas por muros de adobe.



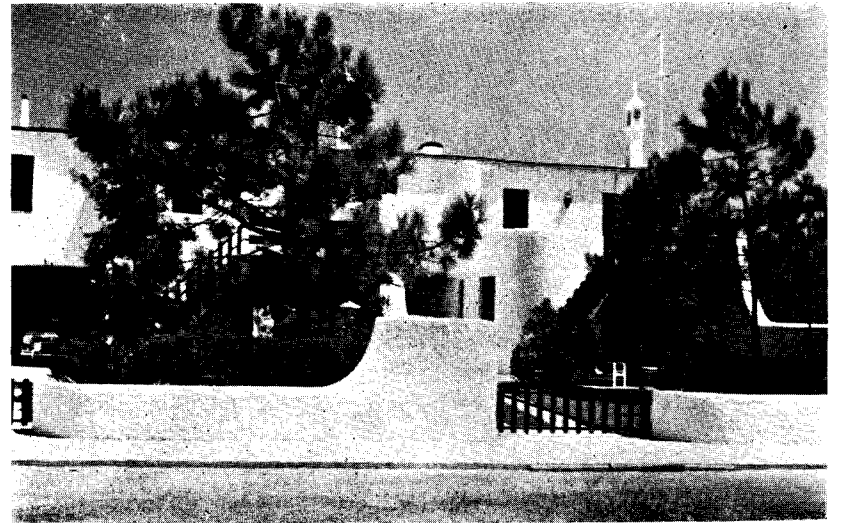
EST. VI, A --- Casas de veraneantes, da rua D. Francisco de Almeida, a sul do Largo da Igreja.



EST. VI, B --- Vivendas de veraneio situadas na colina central da antiga aglomeração.



EST. VII, A -- Luxuosas vivendas da área oriental, construídas no início dos anos sessenta.



EST. VII, B — As mais recentes vivendas da zona oriental.



EST. VIII, A — Na área oriental esboça-se um novo centro, junto do qual se situam alguns grandes hotéis que se levantam dum conjunto de vivendas térreas ou de primeiro andar.



EST. VIII, B — A nascente, o avanço da frente de construções sobre o pinhal faz-se com edifícios de vários andares: no primeiro plano, os apartamentos da residencial Monte Sol; no segundo, as obras do novo hotel Alcazar.